



SPRINGS  
GLOBAL

SGPS

B3 LISTED NM

---

# Resultados 4T2024

01 de dezembro de 2025

casa moysés mmartan ARTEX  SANTISTA  Persono

## Springs Global: Receita líquida de R\$ 439,4 milhões em 2024

São Paulo, 01 de dezembro de 2025 - A Springs Global Participações S.A. (Springs Global) – em recuperação judicial, empresa do segmento Lar & Decoração, líder em produtos de cama, mesa e banho, apresentou receita líquida de R\$ 439,4 milhões em 2024.

Os principais destaques no ano de 2024 foram:

Receita líquida: R\$ 439,4 milhões, -36,0% em relação ao ano de 2023

Receita *sell-out* (GMV)<sup>(b)</sup> do Varejo: R\$ 428,2 milhões, -32,6% entre anos

Lucro bruto: 18,8 milhões, com margem bruta de 4,3%, com aumento de 2,8p.p. em relação ao ano anterior

Receita líquida do Atacado: R\$ 236,9 milhões, com redução de 32,8% entre anos

Resultado operacional: - R\$ 380,6 milhões, *versus* - R\$ 689,2 milhões em 2023

Pedido de recuperação judicial realizado em maio de 2024, com aprovação em julho de 2024. Apresentação do Plano de recuperação Judicial em setembro de 2024.

Resultado líquido - R\$ 613,4 milhões, *versus* - R\$ 1.065,9 milhões em 2023

Renegociação das debêntures da controlada CSA e controlada indireta AMMO, com efeitos em 2024 sobre os novos termos e condições de pagamento.

EBITDA ajustado<sup>(a),1</sup>: - R\$ 246,8 milhões, *versus* - 325,8 milhões em 2023

<sup>1</sup> Ver reconciliação na tabela 4

As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).

## Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Companhia e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada CSA e outras empresas do grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia excutir as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada CSA e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo. Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

<u>Classe de crédito (lei 11.101/2005)</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Trabalhista	1.015	106.112
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	9.961	344.735
ME e EPP	-	8.477
Não sujeito	-	597.740
Fiscal	1.140	410.539
	-----	-----
	12.116	1.846.666
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) criação de fundos de investimento para viabilizar o pagamento de parte dos credores.

A segunda lista de credores consolidada da Companhia e demais empresas do Grupo foi publicada em 19 de fevereiro de 2025 no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº

11.101/2005. Oportunamente, a Administração Judicial apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Em 09 de maio de 2025 foi publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a convocação da assembleia geral de credores (“AGC”) para realização, em ambiente virtual, nos dias 12 de junho de 2025 (1ª convocação) e 26 de junho de 2025 (2ª convocação).

Em continuidade a AGC instalada em 26 de junho de 2025, foi realizada assembleia em 07 de agosto de 2025. Dentre os assuntos em pauta, foram explanados maiores detalhes sobre a atualização do PRJ, que foi apresentado nos autos em 31 de julho de 2025. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 12 de setembro de 2025.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando nas negociações com seus credores. Desta forma, em 12 de setembro de 2025, devido à complexidade jurídica envolvida no plano, foi deliberado o adiamento dos trabalhos, com a suspensão e remarcação da AGC para o dia 13 de novembro de 2025.

Em 13 de novembro de 2025, considerando que as tratativas com os credores vinham evoluindo de forma favorável, tornou-se necessária uma nova suspensão da AGC, a fim de possibilitar a conclusão das negociações em andamento. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 5 de dezembro de 2025.

## Eventos subsequentes

**Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 28. EVENTOS SUBSEQUENTES das Demonstrações Financeiras relativas a 31 de dezembro de 2024.**

### *Repactuação de empréstimos e financiamentos*

**As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nas demonstrações financeiras.**

Em junho de 2025, a controlada CSA entregou imóvel de Vinhedo em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco no valor de R\$64.611 (R\$26.332 em empréstimos da controlada CSA). Nesta operação houve um ganho de R\$222.

Em setembro de 2025, a controlada CSA repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$11.158, considerando vencimento até dezembro de 2030. A amortização do principal de R\$1.566 até outubro de 2025 e saldo remanescente em parcelas mensais a partir de janeiro de 2026 e taxa de juros Selic + 1%a.a. Os empréstimos são garantidos por alienação fiduciária

### *Debêntures*

Em maio de 2025, a controlada indireta AMMO realizou amortização extraordinária parcial de suas Debêntures, no montante de R\$71,8 milhões. Os valores tiveram origem em créditos detidos pela controladora indireta Wembley S.A. perante a Cantagalo General Grains, vinculados ao contrato de alienação fiduciária das Debêntures, em conformidade com as condições contratuais vigentes.

### *Investimento em coligada*

Em abril de 2025, a controlada indireta AMMO realizou contrato de compra e venda parcial das ações da coligada A11I Tecnologia S.A., pelo valor de R\$12,1 milhões. Em Agosto de 2025, todos os termos do contrato e da legislação aplicável a Recuperação Judicial foram cumpridos. O valor foi integralmente liquidado e a controlada indireta AMMO passou a deter 19% de participação na coligada.

### *Encerramento de lojas*

Em 2025, a administração da controlada indireta AMMO realizou o fechamento de 21 lojas próprias. A provisão para perdas sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros, pontos comerciais e outros ativos imobilizados destas lojas foram provisionados em 31 de dezembro de 2024.



# Desempenho Consolidado

## Receita

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 439,4 milhões em 2024, sendo 36,0% inferior à do ano de 2023.

A linha de Cama, Mesa e Banho (Cameba)<sup>(c)</sup> foi responsável por 48,4% da receita em 2024, e produtos intermediários<sup>(d)</sup> por 5,5%. A receita do Varejo contribuiu com 46,1% da receita total em 2024.

A receita de Cameba foi de R\$ 212,6 milhões em 2024, 37,4% inferior em relação à do ano anterior. A receita de produtos intermediários somou R\$ 24,3 milhões em 2024, 82,7% superior entre anos.

A receita líquida de varejo somou R\$ 202,5 milhões, com redução de 39,3% entre anos. A receita *sell-out* (GMV)<sup>(d)</sup> do varejo totalizou R\$ 428,2 milhões em 2024, com redução de 32,6% entre anos.

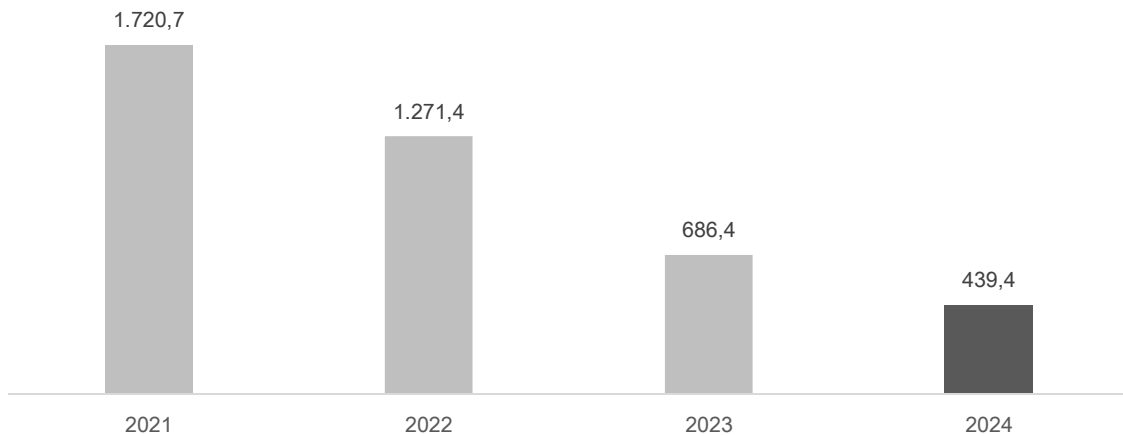


Gráfico 1 – Receita Líquida, em R\$ milhões

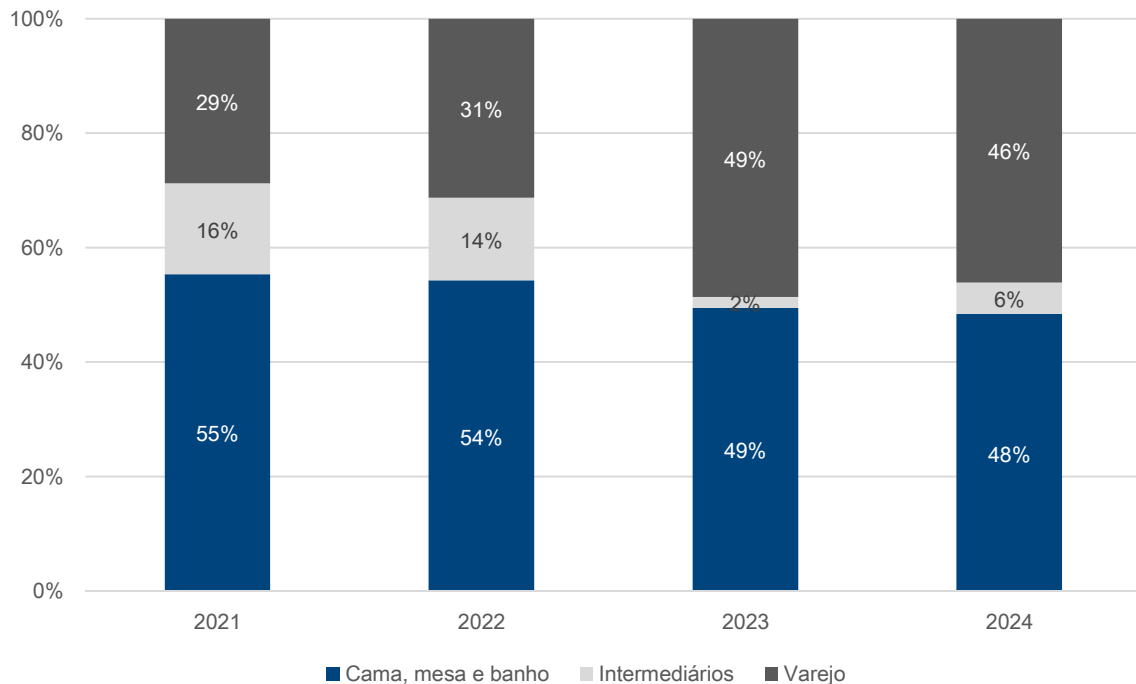


Gráfico 2 – Distribuição da receita por tipo de produto

## Custo e Despesas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 295,8 milhões em 2024, com redução de 34,9% em relação ao ano de 2023.

Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção. O custo de ociosidade foi de R\$ 124,8 milhões em 2024, com diminuição de 43,6% em relação ao ano de 2023. Estes custos refletem principalmente a paralisação das atividades industriais desde o segundo semestre de 2023 e aos custos relativos à redução ao quadro de funcionários.

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 182,7 milhões em 2024, com redução de 26,2% entre anos, representando 41,6% da receita líquida, ante 36,0% em 2023. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 114,3 milhões em 2024, sendo equivalentes a 26,0% da receita líquida, versus 20,8% no ano anterior.

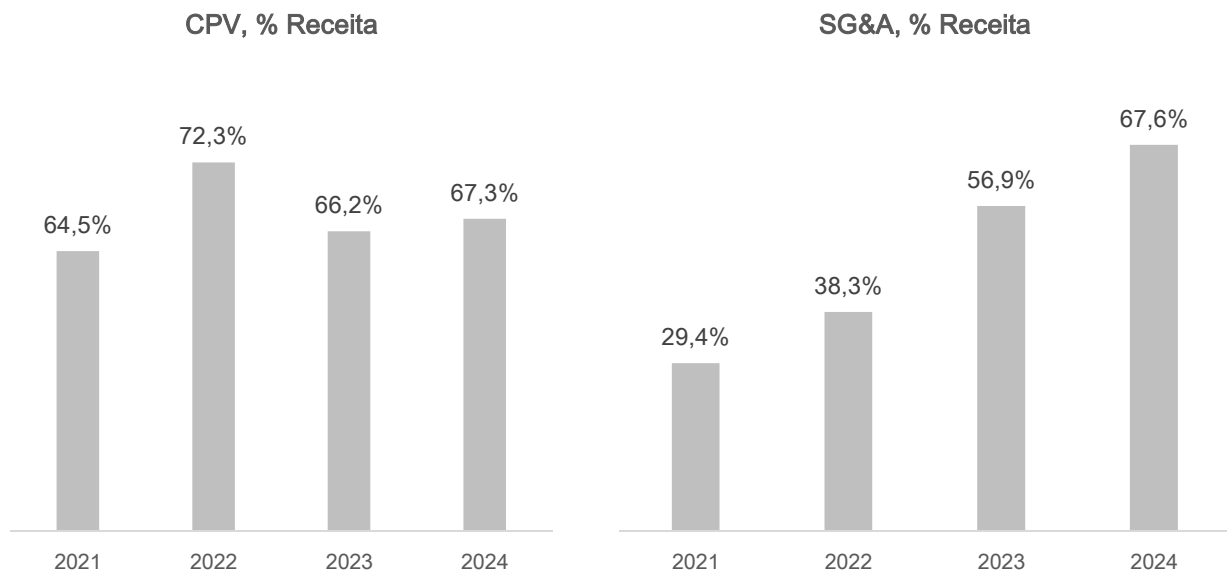


Gráfico 3 – CPV e SG&A, como % receita líquida

## Outras, líquidas

“Outras, líquidas” incluem, entre outros, um ganho de R\$25,8 milhões relacionados a entrega de imóveis em dações de pagamento para quitação de empréstimos, e R\$31,6 milhões de despesa para constituição de provisões de contingências trabalhistas

“Outras, líquidas” foram despesa líquida de R\$ 99,7 milhões em 2024, ante despesa líquida de R\$ 273,4 milhões em 2023 (incluindo todas as provisões realizadas nos exercícios).

## Propriedades para investimento

As receitas de arrendamento do empreendimento comercial somaram R\$ 9,1 milhões em 2024, ante R\$12,0 milhões em 2023, oriundas do *Power Center*.

As propriedades para investimento da Companhia foram avaliadas em R\$ 1,0 bilhão em 2024 e incluem (i) o complexo comercial de São Gonçalo do Amarante; (ii) o complexo residencial de São Gonçalo do Amarante; (iii) os imóveis de Montes Claros; e (iv) o imóvel de João Pessoa.

## Indicadores financeiros

O lucro bruto totalizou R\$ 18,8 milhões em 2024, com margem bruta de 4,3%. Entre anos, houve aumento de R\$ 8,4 milhões, ou 79,8%, do lucro bruto e aumento de 2,8 p.p. da margem bruta.

O resultado operacional de 2024 foi negativo em R\$ 380,6 milhões, com redução de R\$308,6 milhões entre anos.

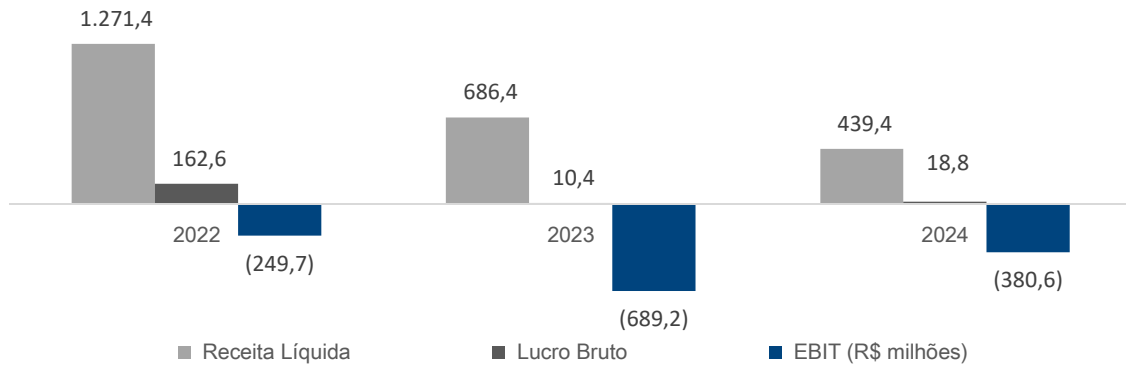


Gráfico 4 – Indicadores financeiros, em R\$ milhões

O EBITDA ajustado<sup>(e)</sup> foi negativo R\$ 246,8 milhões em 2024, *versus* negativo R\$ 325,8 milhões em 2023. A margem EBITDA ajustado<sup>1</sup> foi de -56,2% em 2024, *versus* -47,5% em 2023.

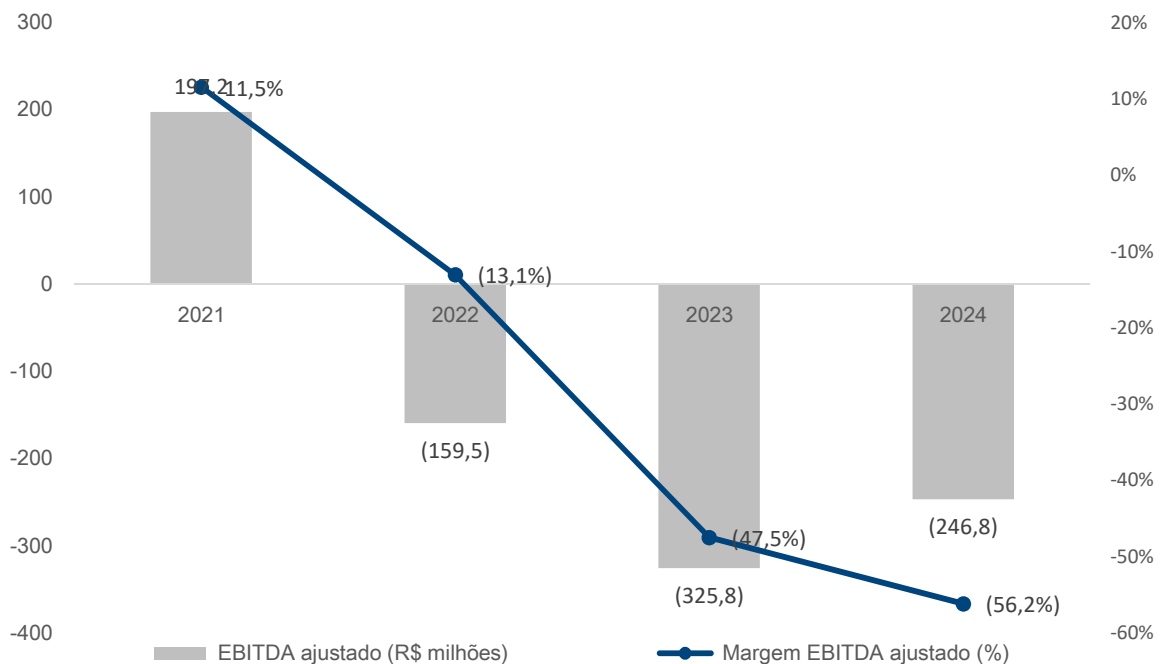


Gráfico 5 – EBITDA ajustado e Margem EBITDA ajustado

As necessidades de capital de giro totalizaram - R\$ 64,2 milhões em 2024, -209,2% ou R\$ 123,0 milhões, inferior entre anos, devido principalmente à redução de estoques (R\$ 61,7 milhões), e aumento de fornecedores em R\$ 86,2 milhões.

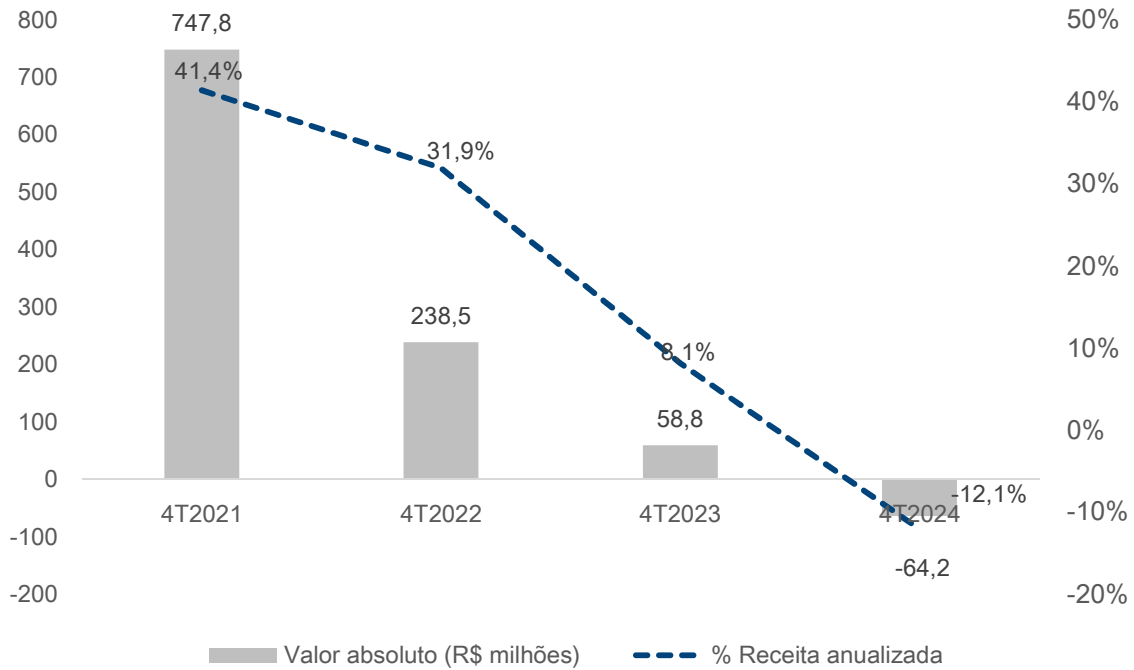


Gráfico 6 – Capital de giro, no final do período

## Endividamento

Nossa posição de dívida líquida ajustada<sup>(e)</sup> era de R\$ 834,0 milhões em 2024, ante R\$ 815,6 milhões em 2023. Em 2024 fizemos amortizações de principal e juros no montante de R\$ 74,7 milhões, dações de imóveis em pagamento em R\$62,8 milhões e renovamos ou fizemos novas captações de R\$ 40,5 milhões.

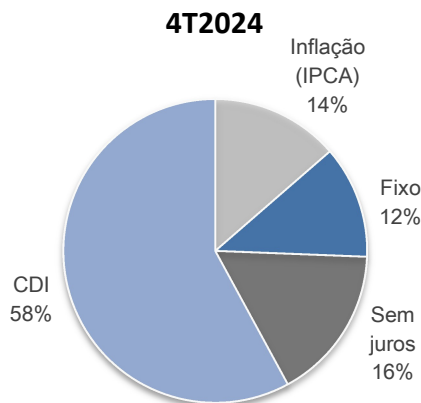


Gráfico 7 – Dívida Bruta por indexador

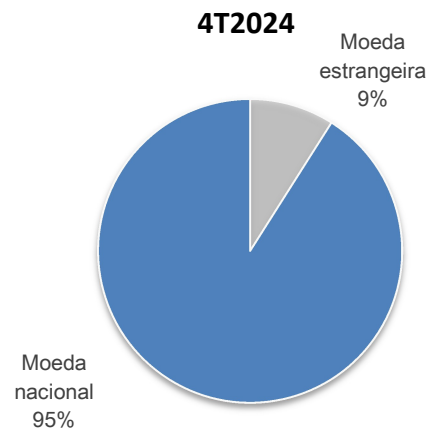


Gráfico 8 – Dívida Bruta por moeda

Diante da expectativa de não cumprimento de certos índices financeiros nas medições anuais, houve reclassificação nas parcelas de longo prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 508,0 milhões, foram reclassificados para o passivo circulante no balanço de 31 de dezembro de 2024.

### Debentures - AMMO

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada indireta AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa relativa às debêntures. No referido acordo, foram determinados novos termos e condições de pagamento das debêntures, além de garantias adicionais, como inclusive a marca Mmartan. Dadas as características do passivo financeiro relacionado às debêntures da controlada AMMO e os novos termos contratuais repactuados nessa operação, as debentures foram remensuradas a valor justo, aplicando a técnica de valor presente, que resultou em uma receita financeira de R\$118 milhões no exercício. A recomposição dos juros se dará ao longo do contrato.

### Debentures - CSA

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2024, foi concedida a controlada Coteminas S.A a suspensão temporária de vencimento antecipado automático e não automático das Debêntures, por um período adicional de 6 meses.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2025, foi concedida sustação dos efeitos de vencimento antecipado. Na mesma data, a controlada CSA, Debenturistas e Garantidores assinaram aditamentos à Escritura de emissão das debentures, refletindo deliberações de Assembleia Geral de Titulares dos CRIs (AGT) realizadas entre Agosto de 2024 e Março de 2025. Nestes aditamentos, além da definição do dia 20 de agosto de 2024 como data de repactuação, foram determinados novos termos e condições de pagamento das debêntures, além de modificações relacionadas às garantias e cláusulas de vencimento antecipado.

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 244,7 milhões em 2024, *versus* despesa de R\$ 364,2 milhões em 2023.

Registramos prejuízo de R\$ 209,4 milhões no 4T2024, *versus* prejuízo de R\$ 224,8 milhões no 4T2023.



# Desempenho por Segmento de Negócio

## Desempenho por Segmento de Negócio

A Springs Global apresenta seus resultados segregados nos seguintes segmentos de negócio: (a) Atacado, e (b) Varejo.

### Atacado

A receita líquida do segmento de negócio Atacado alcançou R\$ 236,9 milhões em 2024, com redução de 32,8% em relação ao ano de 2023.

O CPV totalizou R\$ 192,4 milhões em 2024, com redução de 32,2% entre anos.

Houve redução das operações nos anos de 2023 e 2024, com paradas programadas nas unidades fabris, resultando em custo de ociosidade e outros igual a R\$ 221,4 milhões e R\$ 124,8 milhões respectivamente.

O prejuízo bruto somou R\$ 80,3 milhões, diminuição de R\$ 72,0 milhões entre anos. As despesas de SG&A somaram R\$ 115,4 milhões, com redução de 19,1% entre anos.

O EBITDA foi R\$ 226,9 milhões negativo em 2024, *versus* R\$ 431,6 milhões negativo em 2023.

### Varejo

A receita *sell-out* (GMV) totalizou R\$ 428,2 milhões em 2024, com redução de 32,6% entre anos. A receita de lojas físicas (GMV) totalizou R\$ 399,0 milhões. A receita do *e-commerce* (GMV) somou R\$ 29,2 milhões, representando 68,2% da receita *sell-out* (GMV) do Varejo, *versus* 11,1% no ano de 2023, com redução de 58,6% entre anos.

No final de 2024, tínhamos 191 lojas, das quais 51 próprias e 140 franquias, ante 255 lojas em 2023.

A receita líquida somou R\$202,5 milhões em 2024, *versus* R\$ 333,7 milhões em 2023.

O custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 103,4 milhões em 2024, com redução de 39,5% comparado ao ano de 2023, devido ao menor volume de vendas, representando 51,1% da receita líquida, ante 51,2% em 2023.

Em relação às despesas operacionais, as despesas com vendas foram de R\$ 142,5 milhões em 2024, representando 70,3% da receita líquida. As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R\$ 37,8 milhões em 2024, equivalentes a 23,7% da receita líquida.

O lucro bruto totalizou R\$ 99,1 milhões em 2024, redução de R\$ 63,6 milhões entre anos, com margem bruta de 48,9%, *versus* 48,8% em 2023.

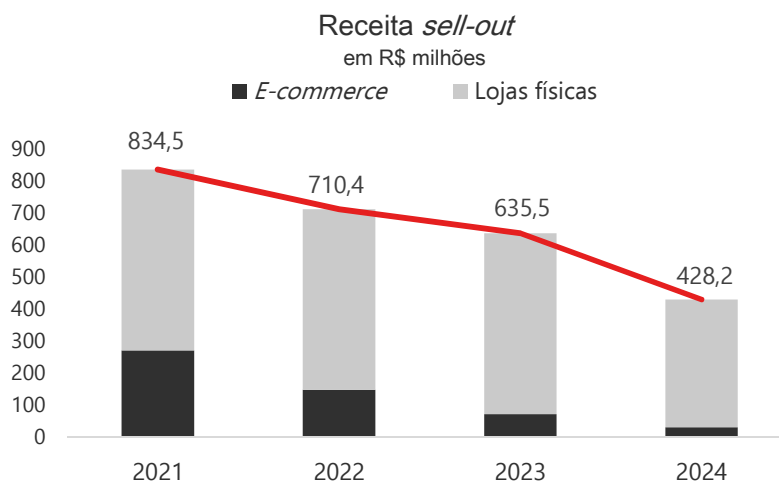


Gráfico 9 – Receita *sell-out* (GMV) do varejo, em R\$ milhões



# Indicadores financeiros

## Tabelas

Tabela 1 – Receita líquida por unidade de negócio

Em R\$ milhões	4T2024		4T2023		(A)/(B)		2024		2023		(C)/(D)	
	(A)	%	(A)	%	%	(C)	%	(D)	%	%		
Atacado	91,6	69,3%	105,9	58,4%	(13,5%)	236,9	53,9%	352,7	51,4%	(32,8%)		
Varejo	40,6	30,7%	75,5	41,6%	(46,2%)	202,5	46,1%	333,7	48,6%	(39,3%)		
<b>Receita líquida total</b>	<b>132,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>181,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>(27,2%)</b>	<b>439,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>686,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>(36,0%)</b>		

Tabela 2 – Receita líquida por linha de produto

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton mil)			Preço médio (R\$/Kg)		
	4T2024	4T2023	(A)/(B)	4T2024	4T2023	(C)/(D)	4T2024	4T2023	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	79,1	101,8	(22,3%)	2,3	1,6	44,0%	34,4	63,7	(46,0%)
Produtos intermediários	12,5	4,1	204,9%	0,7	0,4	83,2%	17,9	10,7	66,4%
Varejo	40,6	75,5	(46,2%)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<b>Total</b>	<b>132,2</b>	<b>181,5</b>	<b>(27,2%)</b>	<b>3,0</b>	<b>2,0</b>	<b>51,6%</b>	<b>44,1</b>	<b>91,7</b>	<b>(52,0%)</b>

Linha de Produtos	Receita líquida (R\$ milhões)			Volume (ton mil)			Preço médio (R\$/Kg)		
	2024	2023	(A)/(B)	2024	2023	(C)/(D)	2024	2023	(E)/(F)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%	(E)	(F)	%
Cama, mesa e banho	212,6	339,4	(37,4%)	4,7	5,5	(14,2%)	45,2	62,0	(27,0%)
Produtos intermediários	24,3	13,3	82,7%	1,7	1,5	11,8%	14,3	8,7	63,5%
Varejo	202,5	333,7	(39,3%)	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
<b>Total</b>	<b>439,4</b>	<b>686,4</b>	<b>(36,0%)</b>	<b>6,4</b>	<b>7,0</b>	<b>(8,5%)</b>	<b>68,7</b>	<b>98,1</b>	<b>(30,0%)</b>

Tabela 3 – Custo dos produtos vendidos (CPV), Custo de ociosidade e outros, e Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

Em R\$ milhões	4T2024		4T2023		(A)/(B)		2024		2023		(C)/(D)	
	(A)	(B)	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%				
<b>CPV</b>	<b>88,6</b>	<b>136,4</b>	<b>(35,0%)</b>	<b>295,8</b>	<b>454,6</b>	<b>(34,9%)</b>						
<b>CPV, % Receita</b>	<b>67,0%</b>	<b>75,2%</b>	<b>(8,1p.p.)</b>	<b>67,3%</b>	<b>66,2%</b>	<b>1,1p.p.</b>						
<b>Custo de ociosidade e outros</b>	<b>13,8</b>	<b>42,5</b>	<b>(67,5%)</b>	<b>124,8</b>	<b>221,4</b>	<b>(43,6%)</b>						
Despesas de vendas	47,2	66,8	(29,3%)	182,7	247,5	(26,2%)						
Despesas gerais e administrativas	33,9	36,5	(7,1%)	114,3	143,0	(20,1%)						
<b>SG&amp;A</b>	<b>81,1</b>	<b>103,3</b>	<b>(21,5%)</b>	<b>297,0</b>	<b>390,5</b>	<b>(23,9%)</b>						
<b>SG&amp;A, % Receita</b>	<b>61,3%</b>	<b>56,9%</b>	<b>4,4p.p.</b>	<b>67,6%</b>	<b>56,9%</b>	<b>10,7p.p.</b>						

Tabela 4 – Reconciliação EBITDA e EBITDA ajustado

Em R\$ milhões	4T2024	4T2023	(A)/(B)	2024	2023	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Lucro (prejuízo) líquido	(209,4)	(224,8)	(6,9%)	(613,4)	(1.065,9)	(42,5%)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(12,0)	(2,6)	361,5%	(11,9)	12,5	(195,2%)
(+) Resultado financeiro	88,8	99,0	(10,3%)	244,7	364,2	(32,8%)
(+) Depreciação e amortização	17,6	22,5	(21,8%)	70,4	92,8	(24,1%)
<b>EBITDA</b>	<b>(115,0)</b>	<b>(105,9)</b>	<b>8,6%</b>	<b>(310,2)</b>	<b>(596,4)</b>	<b>(48,0%)</b>
<i>Margem EBITDA %</i>	<i>(87,0%)</i>	<i>(58,3%)</i>	<i>(28,6p.p.)</i>	<i>(70,6%)</i>	<i>(86,9%)</i>	<i>16,3p.p.</i>
(-) Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangível	0,5	9,2	(94,6%)	(26,5)	7,7	(444,2%)
(+) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	8,4	0,1	8.300,0%	7,6	16,4	(53,7%)
(+) Provisão para perdas com estoques	2,8	(12,8)	(121,9%)	2,8	(12,8)	(121,9%)
(-) Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	n.a	-	(2,9)	(100,0%)
(+) Outras Provisões	(22,9)	57,6	(139,8%)	31,6	105,3	(70,0%)
(+) Provisão para ganhos (perdas) em ativos	48,8	21,6	125,9%	47,9	156,9	(69,5%)
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>(77,4)</b>	<b>(30,2)</b>	<b>(59,5%)</b>	<b>(246,8)</b>	<b>(325,8)</b>	<b>(24,2%)</b>
<i>Margem EBITDA ajustado %</i>	<i>(58,5%)</i>	<i>(16,6%)</i>	<i>(41,9p.p.)</i>	<i>(56,2%)</i>	<i>(47,5%)</i>	<i>(8,7p.p.)</i>

Tabela 5 – EBITDA por unidade de negócio e margem EBITDA

Linha de Produtos	4T2024	4T2023	(A)/(B)	2024	2023	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Atacado	(77,4)	(80,7)	(4,1%)	(226,9)	(431,6)	(47,4%)
Varejo	(27,7)	(23,4)	18,4%	(72,3)	(42,4)	70,5%
Despesas não alocáveis	(9,9)	(1,7)	482,4%	(11,0)	(122,4)	(91,0%)
<b>EBITDA</b>	<b>(115,0)</b>	<b>(105,9)</b>	<b>8,6%</b>	<b>(310,2)</b>	<b>(596,4)</b>	<b>(48,0%)</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(77,4)</b>	<b>(30,2)</b>	<b>59,5%</b>	<b>(246,8)</b>	<b>(325,8)</b>	<b>(24,2%)</b>
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>(87,0%)</i>	<i>(58,3%)</i>	<i>(28,6p.p.)</i>	<i>(70,6%)</i>	<i>(86,9%)</i>	<i>16,3p.p.</i>
<i>Margem EBITDA ajustado %</i>	<i>(58,5%)</i>	<i>(16,6%)</i>	<i>(41,9p.p.)</i>	<i>(56,2%)</i>	<i>(47,5%)</i>	<i>(8,7p.p.)</i>

Tabela 6 – Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	4T2024	4T2023	(A)/(B)	2024	2023	(C)/(D)
	(A)	(B)	%	(C)	(D)	%
Receitas financeiras	2,2	18,5	(88,1%)	143,2	80,9	77,0%
Despesas financeiras - juros e encargos	(48,2)	(83,8)	(42,5%)	(256,5)	(309,2)	(17,0%)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(31,1)	(22,7)	37,0%	(107,3)	(107,2)	0,1%
Juros sobre arrendamentos	(1,2)	(2,3)	(47,8%)	(3,4)	(9,3)	(63,4%)
<b>Resultado financeiro, ex-variação cambial</b>	<b>(78,3)</b>	<b>(90,2)</b>	<b>(13,2%)</b>	<b>(224,0)</b>	<b>(344,9)</b>	<b>(35,0%)</b>
Variações cambiais líquidas	(10,5)	(8,7)	20,7%	(20,7)	(19,4)	6,7%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(88,8)</b>	<b>(99,0)</b>	<b>(10,3%)</b>	<b>(244,7)</b>	<b>(364,2)</b>	<b>(32,8%)</b>

Tabela 7 – Capital de Giro

Em R\$ milhões	4T2024	3T2024	4T2023	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Duplicatas a receber	141,5	95,7	125,3	47,9%	12,9%
Estoques	155,8	203,8	217,5	(23,6%)	(28,4%)
Adiantamento a fornecedores	18,1	11,6	9,5	56,0%	90,5%
Fornecedores	(379,6)	(362,0)	(293,4)	4,9%	29,4%
<b>Capital de giro</b>	<b>(64,2)</b>	<b>(50,9)</b>	<b>58,8</b>	<b>26,1%</b>	<b>(209,2%)</b>

Tabela 8 – Endividamento

Em R\$ milhões	4T2024	3T2024	4T2023	(A)/(B)	(A)/(C)
	(A)	(B)	(C)	%	%
Empréstimos e financiamentos	752,2	708,4	734,5	6,2%	2,4%
Debêntures	328,9	322,4	373,2	2,0%	(11,9%)
<b>Dívida bruta</b>	<b>1.081,1</b>	<b>1.030,8</b>	<b>1.107,7</b>	<b>4,9%</b>	<b>(2,4%)</b>
Caixa e títulos e valores mobiliários	(65,5)	(68,9)	(60,1)	(4,9%)	9,0%
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.015,6</b>	<b>961,9</b>	<b>1.047,6</b>	<b>5,6%</b>	<b>(3,1%)</b>
Debênture conversível	(181,6)	(176,9)	(232,1)	(2,7%)	(21,8%)
<b>Dívida líquida ajustada</b>	<b>834,0</b>	<b>785,0</b>	<b>815,6</b>	<b>6,2%</b>	<b>2,3%</b>

Tabela 9 – Principais indicadores da unidade de negócio Atacado

Em R\$ milhões	4T2024	3T2024	4T2023	(A)/(B)	(A)/(C)	2024	2023	(D)/(E)
	(A)	(B)	(C)	%	%	(D)	(E)	%
Receita líquida	91,6	56,2	105,9	63,0%	(13,5%)	236,9	352,7	(32,8%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(67,9)	(40,7)	(92,7)	66,8%	(26,8%)	(192,4)	(283,6)	(32,2%)
(-) Custo de ociosidade e outros	(13,8)	(28,9)	(42,5)	(52,2%)	(67,5%)	(124,8)	(221,4)	(43,6%)
Lucro (prejuízo) bruto	9,9	(13,4)	(29,3)	(173,9%)	(133,8%)	(80,3)	(152,3)	(47,3%)
<i>Margem Bruta %</i>	<i>10,8%</i>	<i>(23,8%)</i>	<i>(27,7%)</i>	<i>34,7 p.p.</i>	<i>38,5 p.p.</i>	<i>(33,9%)</i>	<i>(43,2%)</i>	<i>9,3 p.p.</i>
(-) Despesas de SG&A	(38,3)	(32,9)	(33,1)	16,4%	15,7%	(115,4)	(142,7)	(19,1%)
(-) Provisão para reestruturação	-	-	9,0	n.a.	(100%)	-	(38,7)	(100,0%)
(+/-) Outros	(62,2)	2,8	(45,5)	(2.321,4%)	36,7%	(82,2)	(157,9)	(47,9%)
Resultado Operacional	(90,6)	(43,5)	(96,0)	108,3%	(5,6%)	(277,9)	(491,6)	(43,5%)
(+) Depreciação e Amortização	(13,3)	12,1	15,3	9,9%	(13,1%)	51,0	60,0	(15,0%)
EBITDA	(77,3)	(31,4)	(80,7)	146,2%	4,2%	(226,9)	(431,6)	(47,4%)
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>(84,4%)</i>	<i>(55,9%)</i>	<i>(76,2%)</i>	<i>(28,5 p.p.)</i>	<i>(8,2 p.p.)</i>	<i>(95,8%)</i>	<i>(122,4%)</i>	<i>26,6 p.p.</i>

Tabela 10 – Principais indicadores da unidade de negócio Varejo

Em R\$ milhões	4T2024	3T2024	4T2023	(A)/(B)	(A)/(C)	2024	2023	(D)/(E)
	(A)	(B)	(C)	%	%	(D)	(E)	%
Receita líquida	40,6	48,9	75,5	(17,0%)	(46,2%)	202,5	333,7	(39,3%)
(-) Custo dos produtos vendidos	(20,7)	(25,6)	(43,7)	(19,1%)	(52,6%)	(103,4)	(171,0)	(39,5%)
Lucro bruto	19,9	23,3	31,8	(14,6%)	(37,4%)	99,1	162,7	(39,1%)
<i>Margem Bruta %</i>	<i>49,0%</i>	<i>47,6%</i>	<i>42,1%</i>	<i>1,4 p.p.</i>	<i>6,9 p.p.</i>	<i>48,9%</i>	<i>48,8%</i>	<i>0,1 p.p.</i>
(-) Despesas de SG&A	(42,7)	(39,0)	(66,0)	9,5%	(35,3%)	(180,3)	(232,2)	(22,4%)
(+/-) Outros	(9,4)	0,4	4,5	n.a.	(308,9%)	(10,5)	(1,6)	556,3%
Resultado Operacional	(32,2)	(15,3)	(29,7)	110,5%	n.a.	(91,7)	(71,2)	28,8%
(+) Depreciação e Amortização	4,4	4,5	6,3	(2,2%)	(30,2%)	19,4	28,8	(32,6%)
EBITDA	(27,8)	(10,8)	(23,4)	157,4%	18,8%	(72,3)	(42,4)	70,5%
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>(68,5%)</i>	<i>(22,1%)</i>	<i>(31,0%)</i>	<i>(46,4 p.p.)</i>	<i>(37,5 p.p.)</i>	<i>(35,7%)</i>	<i>(12,7%)</i>	<i>23,0 p.p.</i>
Número de lojas	191	206	255	(7,3%)	(25,1%)	191	255	(25,1%)
Própria Mmartan e Casa Moisés	36	38	41	(5,3%)	(12,2%)	36	41	(12,2%)
Franquia MMartan	94	100	115	(6,0%)	(18,3%)	94	115	(18,3%)
Própria Artex	15	16	35	(6,3%)	(57,1%)	15	35	(57,1%)
Franquia Artex	46	52	65	(11,5%)	(29,2%)	46	65	(29,2%)
Receita bruta sell out	102,5	93,3	153,1	9,8%	(33,1%)	428,2	635,5	(32,6%)
Lojas físicas	97,7	89,2	140,5	9,5%	(30,5%)	399,0	564,9	(29,4%)
E-commerce	4,8	4,0	12,7	19,7%	(62,3%)	29,2	70,6	(58,6%)
Participação e-commerce (%)	4,7%	4,3%	8,3%	0,4 p.p.	(3,6 p.p.)	6,8%	11,1%	(4,3 p.p.)

## Glossário

- (a) EBITDA – O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com nossas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício Circular CVM no 01/2007, quando aplicável. Calculamos nosso EBITDA como nosso lucro operacional antes do resultado financeiro, dos efeitos da depreciação de instalações, equipamentos e demais ativos imobilizados e da amortização do intangível. O EBITDA não é medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicadores de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (b) Receita *sell-out* (GMV) – Receita do canal de vendas para o consumidor final.
- (c) Produtos Cama, Mesa e Banho (Cameba) – incluem lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro.
- (d) Produtos intermediários – fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.
- (e) Dívida líquida – dívida bruta menos disponibilidades financeiras. Dívida líquida ajustada – dívida líquida menos saldo da debênture conversível de emissão da controlada indireta AMMO.

*Este press release pode incluir declarações que representem expectativas sobre eventos ou resultados futuros de acordo com a regulamentação de valores mobiliários brasileira e internacional. Essas declarações estão baseadas em certas suposições e análises feitas pela Companhia de acordo com a sua experiência e o ambiente econômico e nas condições de mercado e nos eventos futuros esperados, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia.*

*Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileira e internacional, tecnologia, estratégia financeira, desenvolvimentos dos setores têxtil e de varejo, condições do mercado, incerteza a respeito dos resultados de suas operações futuras, planos, objetivos, expectativas e intenções e outros fatores assim descritos no Formulário de Referência arquivado na Comissão de Valores Mobiliários. Em razão disso, os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos nas declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros.*



SPRINGS  
GLOBAL

ARTEX mmartan casa moysés SANTISTA Persono

# **Springs Global Participações S.A.**

*(em recuperação judicial)*

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores  
Independentes Ltda.

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

**Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial**  
São Paulo - SP

## **Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas da Springs Global Participações S.A. - em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

## **Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

1. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 8 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que ajuizou pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 26 de julho de 2024. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia apresentou o plano de recuperação judicial em 26 de setembro

de 2024, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas para retomada das operações e geração de caixa. Até a presente data, o plano de recuperação judicial ainda não foi aprovado pelos credores, permanecendo em fase de discussão. Em 09 de maio de 2025, foi publicada no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a convocação da Assembleia Geral de Credores, cujas sessões ocorreram entre os meses de junho e novembro de 2025. Considerando a complexidade jurídica envolvida nas tratativas, os trabalhos da referida assembleia foram suspensos e remarcados para o dia 5 de dezembro de 2025, quando está prevista a continuidade das deliberações acerca do plano de recuperação judicial. Adicionalmente, a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 613.382 mil em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 8.424 mil na controladora e R\$ 1.427.178 mil no consolidado, respectivamente.

Considerando as incertezas relacionadas acima, não foi possível concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional pela Companhia e suas controladas é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos (individuais e consolidados) dos ativos (financeiros e não financeiros), passivos e elementos componentes das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram indicação de que os valores contábeis dos seguintes ativos poderiam exceder seus valores recuperáveis líquidos: imobilizado, intangível, direito de uso e partes relacionadas, cujos saldos consolidados, em 31 de dezembro de 2024, montam a R\$ 240.306 mil, R\$ 30.304 mil, R\$ 129.984 mil e R\$ 131.268 mil. Devido à ausência de premissas observáveis no teste do valor recuperável, como requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", bem como considerando o cenário descrito no parágrafo anterior, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais perdas por redução ao valor recuperável nos referidos ativos, tampouco seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024.
3. Conforme descrito nas notas explicativas nº 6.a e nº 26 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, estoques, custo dos produtos vendidos e custo de ociosidade no valor de R\$ 155.758 mil, R\$ 295.812 mil e R\$ 124.831 mil, respectivamente. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas evidências de auditoria suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
4. Conforme descrito nas rubricas fornecedores (nota explicativa nº 15) e obrigações sociais e trabalhistas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, os montantes de R\$ 379.632 mil e R\$ 249.024

mil, respectivamente. Devido à ausência de evidências de auditoria suficientes e apropriadas, bem como considerando o cenário da Recuperação Judicial descrito no parágrafo 1, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais ajustes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

- 5.** Conforme descrito nas notas explicativas nº 13, nº 14 e nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, empréstimos e financiamentos, debêntures e provisões diversas no valor de R\$ 752.177 mil, R\$ 328.892 mil e R\$ 109.981 mil, respectivamente. Devido ao não recebimento da totalidade das confirmações externas de instituições financeiras e advogados, bem como considerando o cenário da Recuperação Judicial descrito no parágrafo 1, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais ajustes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
- 6.** A Companhia apresenta em suas demonstrações contábeis consolidadas, reflexos do investimento da sua controlada Coteminas S.A. na controlada indireta Coteminas Argentina S.A., auditada por outro auditor independente localizado na Argentina. Até a presente data, não nos foi possível auditar ou ter evidências de auditoria apropriada e suficiente sobre o trabalho dos outros auditores, para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre os valores do investimento no valor de R\$ 87.586 mil e o resultado negativo de equivalência patrimonial no valor de R\$ 2.511 mil reconhecidos nas demonstrações individuais da controlada Coteminas S.A., tampouco sobre os ativos, passivos, receitas e despesas proporcionais da controlada indireta Coteminas Argentina S.A. incluídos nas demonstrações consolidadas da Companhia. Consequentemente, não foi possível determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
- 7.** Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia possui investimentos e consolida em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas a empresa Springs Global US – Inc. localizada nos Estados Unidos da América. Até a presente data, não auditamos, nem foram auditadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis desta controlada. Desta forma, não nos foi possível, nestas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos saldos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas desse investimento no valor de R\$ 259.240 mil e o resultado negativo de equivalência patrimonial no valor de R\$ 1.375 mil, reconhecidos nas demonstrações individuais da Companhia, tampouco sobre os ativos, passivos, receitas e despesas proporcionais da Springs Global US – Inc. incluídos nas demonstrações consolidadas. Consequentemente, não foi possível determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## Outros assuntos

---

### **Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas – informação suplementar**

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da Companhia, as Demonstrações, individuais e consolidadas, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

### **Saldos iniciais**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiu relatório de auditoria, com abstenção de opinião referente a (i) Plano de Recuperação Judicial, valor recuperável de ativos, liquidação de passivos e continuidade operacional (ii) Não reclassificação de parcelamentos tributários para o curto prazo, (iii) Não recebimento da totalidade das confirmações externas, (iv) Obrigações Sociais e Trabalhistas, (v) Estoques, Custos dos produtos vendidos e Custos de ociosidade e outros, em 24 de janeiro de 2025.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 01 de dezembro de 2025.

**CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.**

**CRC 2SP-048.811/O-0**



**Thiago Benazzi Arteiro**  
**Contador CRC 1SP-**  
**273.332/O-9**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>CIRCULANTE:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	42	1	48.273	38.160
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	13.207	13.290
Duplicatas a receber	5	-	-	141.538	125.276
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	38.433	15.687
Estoques	6.a	-	-	155.758	217.522
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	18.074	9.465
Impostos a recuperar	18.c	153	57	33.472	45.828
Outros créditos a receber		3.916	960	14.694	17.031
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		4.111	1.018	463.449	482.259
		-----	-----	-----	-----
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	4.067	8.632
Valores a receber – clientes	7	-	-	2.962	3.466
Partes relacionadas	22	-	-	131.268	211.199
Arrendamentos financeiros a receber	11	-	-	71.146	69.985
Impostos a recuperar	18.c	-	-	10.985	17.059
Impostos diferidos	18.b	1.905	1.905	1.905	1.905
Imobilizado disponível para venda	10.b	-	-	145.451	27.070
Depósitos judiciais	19	-	-	18.465	12.822
Outros		-	-	18.452	24.945
		-----	-----	-----	-----
		1.905	1.905	404.701	377.083
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	8.a	259.240	202.729	-	-
Investimentos em coligadas	8.b	-	-	11.127	13.847
Outros investimentos	8.b	-	-	-	7.114
Propriedades para investimento	9	-	-	1.030.598	495.878
Imobilizado	10.a	-	-	240.306	517.444
Direitos de uso	11	-	-	129.984	110.765
Intangível	12	-	-	30.304	32.535
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		261.145	204.634	1.847.020	1.554.666
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		265.256	205.652	2.310.469	2.036.925
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>PASSIVOS</b>					
<b>CIRCULANTE:</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	8.028	5.188	703.133	680.547
Debêntures	14	-	-	3.827	373.220
Fornecedores	15	1.625	321	379.632	293.448
Obrigações sociais e trabalhistas		1.935	1.167	249.024	122.274
Impostos e taxas		947	324	34.879	23.754
Concessões governamentais	16	-	-	292.148	242.201
Arrendamentos a pagar	17	-	-	95.567	49.098
Impostos devidos e parcelamentos	18.d	-	-	93.050	103.316
Outras contas a pagar		-	-	39.367	52.159
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		12.535	7.000	1.890.627	1.940.017
		-----	-----	-----	-----
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>					
Empréstimos e financiamentos	13	-	4.373	49.044	53.967
Debêntures	14	-	-	325.065	-
Arrendamentos a pagar	17	-	-	168.522	167.515
Partes relacionadas	22	52.130	47.195	-	-
Concessões governamentais	16	-	-	52.709	19.337
Provisões diversas	19	-	-	109.981	78.416
Planos de aposentadoria e benefícios	20	-	-	136.164	106.459
Impostos diferidos	18.b	-	-	170.270	101.548
Impostos devidos e parcelamentos	18.d	-	-	346.586	278.180
Obrigações com controladas	8.a	1.152.205	871.603	-	-
Outras obrigações		-	-	13.115	16.005
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		1.204.335	923.171	1.371.456	821.427
		-----	-----	-----	-----
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>					
Capital realizado	21	1.860.265	1.860.265	1.860.265	1.860.265
Reserva de capital		79.381	79.381	79.381	79.381
Ajustes de avaliação patrimonial		484.848	128.969	484.848	128.969
Ajustes acumulados de conversão		(157.810)	(188.218)	(157.810)	(188.218)
Prejuízos acumulados		(3.218.298)	(2.604.916)	(3.218.298)	(2.604.916)
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		(951.614)	(724.519)	(951.614)	(724.519)
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		265.256	205.652	2.310.469	2.036.925
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	-	-	439.368	686.442
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(295.812)	(454.645)
Custo de ociosidade e outros	26	-	-	(124.831)	(221.446)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO BRUTO		-	-	18.725	10.351
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	26	-	-	(182.570)	(247.458)
Gerais e administrativas	26	(563)	(751)	(101.335)	(126.822)
Honorários da administração	22 e 26	(768)	(1.326)	(12.998)	(16.210)
Equivalência patrimonial	8.a	(610.378)	(1.061.228)	(2.720)	5
Outras líquidas:					
Variação do valor justo de propriedades para investimento	9	-	-	-	2.948
Provisão para reestruturação	28	-	-	-	(38.673)
Baixa precatórios, líquidos	13 e 18.d	-	-	-	(62.649)
Baixa ágio de controlada	8.a e 12	-	-	-	(27.303)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	10.a e 12	-	-	(27.593)	(49.270)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	8.b	-	-	(9.099)	(107.646)
Outras, líquidas		(631)	-	(62.979)	(26.510)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL		(612.340)	(1.063.305)	(380.569)	(689.237)
		-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras – juros e encargos		(620)	(1.755)	(256.494)	(309.246)
Despesas financeiras – juros sobre arrendamentos	17	-	-	(3.404)	(9.257)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(1.100)	(914)	(107.282)	(107.226)
Receitas financeiras		678	52	143.157	80.863
Variações cambiais líquidas		-	-	(20.700)	(19.360)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(613.382)	(1.065.922)	(625.292)	(1.053.463)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	18.a	-	-	(651)	(385)
Diferido	18.a	-	-	12.561	(12.074)
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(613.382)	(1.065.922)	(613.382)	(1.065.922)
		=====	=====	=====	=====
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27	(61,3382)	(106,5922)		
		=====	=====		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(613.382)	(1.065.922)
Outros resultados abrangentes:		
- Itens que impactarão o resultado:		
Variação cambial de investimentos no exterior	30.408	(36.390)
- Itens que não impactarão o resultado:		
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	-	(878)
Avaliação inicial de propriedades para investimento	288.527	-
Ajuste de alíquota efetiva de impostos sobre mais valia	67.352	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(227.095)</u> =====	<u>(1.103.190)</u> =====
ATRIBUIDO A:		
Participação dos acionistas controladores	<u>(227.095)</u> =====	<u>(1.103.190)</u> =====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.860.265	79.381	137.263	(151.828)	(1.546.410)	378.671
Alienação de propriedade para investimento		-	-	(7.416)	-	7.416	-
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(1.065.922)	(1.065.922)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(26.815)	-	(26.815)
Perda atuarial em planos de aposentadoria Reflexo de controladas-		-	-	(878)	-	-	(878)
Variação cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	(9.575)	-	(9.575)
Total do resultado abrangente		-	-	(878)	(36.390)	(1.065.922)	(1.103.190)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.860.265	79.381	128.969	(188.218)	(2.604.916)	(724.519)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.860.265	79.381	128.969	(188.218)	(2.604.916)	(724.519)
Resultado abrangente:							
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(613.382)	(613.382)
Varição cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	57.886	-	57.886
Reflexo de controladas-							
Varição cambial de investimentos líquidos	2.1.b	-	-	-	(27.478)	-	(27.478)
Avaliação inicial de propriedades para investimento	9.4 e 9.5	-	-	288.527	-	-	288.527
Ajuste de alíquota efetiva de impostos sobre mais valia	18.b	-	-	67.352	-	-	67.352
Total do resultado abrangente		-	-	355.879	30.408	(613.382)	(227.095)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.860.265	79.381	484.848	(157.810)	(3.218.298)	(951.614)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(613.382)	(1.065.922)	(613.382)	(1.065.922)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	70.382	92.766
Equivalência patrimonial	610.378	1.061.228	2.720	(5)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	-	(2.948)
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	7.582	16.449
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(11.910)	12.459
Provisão para perdas com outros ativos	-	-	11.246	20.769
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	27.593	49.270
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	9.099	107.646
Provisão (reversão) para perdas com estoques	-	-	2.758	(12.788)
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(26.503)	5.194
Baixa precatórios, líquido	-	-	-	62.649
Baixa ágio de controlada	-	-	-	27.303
Provisão para reestruturação	-	-	-	38.673
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	31.561	66.626
Recuperação de impostos	-	-	-	(33.347)
Variações monetárias	-	-	7.828	3.103
Variações cambiais	-	-	20.700	19.360
Juros, encargos e comissões	1.002	2.597	227.860	324.197
Juros sobre arrendamentos	-	-	3.404	9.257
	<u>(2.002)</u>	<u>(2.097)</u>	<u>(229.062)</u>	<u>(259.289)</u>
Variações nas contas de ativos e passivos:				
Títulos e valores mobiliários	-	1.925	5.780	1.914
Duplicatas a receber	-	-	(49.115)	1.062
Estoques	-	-	59.045	112.511
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(8.589)	3.583
Impostos a recuperar	(96)	(35)	18.597	(5.079)
Fornecedores	1.304	318	84.817	21.087
Impostos parcelados	(538)	-	(46.616)	88.503
Obrigações trabalhistas	768	984	121.996	23.469
Outros	(2.330)	284	28.850	26.361
	<u>(2.894)</u>	<u>1.379</u>	<u>(14.297)</u>	<u>14.122</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos				
Juros pagos sobre empréstimos	-	(1.843)	(19.829)	(57.319)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(669)	(911)	(7.704)	(27.534)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(151)
	<u>(3.563)</u>	<u>(1.375)</u>	<u>(41.830)</u>	<u>(70.882)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Propriedades para investimento	-	-	(59)	(191)
Imobilizado	-	-	(3.991)	(10.533)
Intangível	-	-	(150)	(1.110)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	3.424	7.144
Empréstimos entre partes relacionadas	3.568	11.124	65.350	(65.918)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	3.568	11.124	64.574	(70.608)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos e debêntures, líquidos dos encargos antecipados	36	-	40.766	174.430
Liquidação de empréstimos e debêntures	-	(9.790)	(54.875)	(195.072)
Liquidação de arrendamentos, líquidos	-	-	(19.668)	(35.022)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	36	(9.790)	(33.777)	(55.664)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	21.146	9.870
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	41	(41)	10.113	(187.284)
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	1	42	38.160	225.444
No fim do exercício	42	1	48.273	38.160
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	41	(41)	10.113	(187.284)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>RECEITAS</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	507.713	791.495
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(7.582)	(16.449)
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	26.503	(5.194)
Recuperação de impostos	-	-	-	33.347
	-----	-----	-----	-----
	-	-	526.634	803.199
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(209.633)	(246.644)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.413)	(1.939)	(343.375)	(478.560)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	-	-	(27.593)	(49.270)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(9.099)	(107.646)
Provisão para perdas com estoques	-	-	(2.758)	12.788
Provisão para perdas com outros ativos	-	-	(11.246)	(20.769)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	-	2.948
Provisão para reestruturação	-	-	-	(38.673)
Baixa precatórios, líquido	-	-	-	(62.649)
Baixa ágio de controlada	-	-	-	(27.303)
	-----	-----	-----	-----
	(2.413)	(1.939)	(603.704)	(1.015.778)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	(2.413)	(1.939)	(77.070)	(212.579)
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação e amortização	-	-	(70.382)	(92.766)
	-----	-----	-----	-----
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	(2.413)	(1.939)	(147.452)	(305.345)
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA</b>				
Equivalência patrimonial	(610.378)	(1.061.228)	(2.720)	5
Receitas financeiras	678	52	143.157	80.863
Variação cambial ativa	-	-	4.165	294
Royalties	-	-	14.798	19.075
	-----	-----	-----	-----
	(609.700)	(1.061.176)	159.400	100.237
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)</b>	(612.113)	(1.063.115)	11.948	(205.108)
	=====	=====	=====	=====
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Remuneração do trabalho	151	269	201.231	333.890
Impostos, taxas e contribuições	498	783	76.436	144.155
Remuneração de capitais de terceiros	620	1.755	347.663	382.769
Remuneração de capitais próprios	(613.382)	(1.065.922)	(613.382)	(1.065.922)
	-----	-----	-----	-----
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)</b>	(612.113)	(1.063.115)	11.948	(205.108)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.  
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A. – (em recuperação judicial)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. - em recuperação judicial (“Companhia”) é sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e foi constituída em 24 de novembro de 2005. Em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. - em recuperação judicial (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas - em recuperação judicial (“CTNM”), atual controladora da Companhia, e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente.

Em 30 de abril de 2009, iniciou suas atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob as marcas MMartan e Casa Moyses e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas bandeiras são operadas pela AMMO VAREJO S.A. - em recuperação judicial (“AMMO”), que é uma controlada indireta da Companhia.

A Companhia conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moyses, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

A Companhia e sua controlada CSA têm apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia e sua controlada CSA estavam honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo tiveram uma forte redução de seu capital de giro o que impactou suas atividades operacionais, resultando na paralisação das atividades industriais no segundo semestre de 2023 e conseqüentemente, redução do seu quadro de funcionários.

A Companhia e suas controladas, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

Em 2 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante onde informa a consolidação do parque fabril da controlada CSA com a desativação de duas plantas industriais e conseqüentemente a disponibilização dessas plantas para venda ou arrendamento. Em agosto de 2024, outros imóveis em áreas contíguas foram disponibilizados para valorização. Os impactos contábeis dessas medidas já estão refletidos nestas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 9.4 e 9.5 - Propriedades para Investimento.

A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial.

## Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Companhia e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("ODERNES") para elas, a controlada CSA e outras empresas do grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela controlada indireta AMMO em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia executar as ações de emissão da controlada indireta AMMO, de titularidade da controlada CSA e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A controlada CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da controlada indireta AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

<u>Classe de crédito (lei 11.101/2005)</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Trabalhista	1.015	106.112
Garantia Real	-	379.063
Quirografário	9.961	344.735
ME e EPP	-	8.477
Não sujeito	-	597.740
Fiscal	1.140	410.539
	-----	-----
	12.116	1.846.666
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundos de investimento para viabilizar o pagamento de parte dos credores.

A segunda lista de credores consolidada da Companhia e demais empresas do Grupo foi publicada em 19 de fevereiro de 2025 no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10,

da Lei nº 11.101/2005. Oportunamente, a Administração Judicial apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Em 09 de maio de 2025 foi publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a convocação da assembleia geral de credores (“AGC”) para realização, em ambiente virtual, nos dias 12 de junho de 2025 (1ª convocação) e 26 de junho de 2025 (2ª convocação).

Em continuidade a AGC instalada em 26 de junho de 2025, foi realizada assembleia em 07 de agosto de 2025. Dentre os assuntos em pauta, foram explanados maiores detalhes sobre a atualização do PRJ, que foi apresentado nos autos em 31 de julho de 2025. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 12 de setembro de 2025.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando positivamente nas negociações com seus credores. Desta forma, em 12 de setembro de 2025, devido à complexidade jurídica envolvida no plano, foi deliberado o adiamento dos trabalhos, com a suspensão e remarcação da AGC para o dia 13 de novembro de 2025.

Em 13 de novembro de 2025, considerando que as tratativas com os credores vinham evoluindo de forma favorável, tornou-se necessária uma nova suspensão da AGC, a fim de possibilitar a conclusão das negociações em andamento. Após votação dos credores, os trabalhos da AGC foram suspensos até o dia 5 de dezembro de 2025.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 01 de dezembro de 2025.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

### 2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

## 2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do exercício como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

### i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

### iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

### iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligada são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligada sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual (desenvolvimento de software) e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros exercícios, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado

tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiárias no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

### 2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5 e nº 7), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 10), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 10, nº 11 e nº 12), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 19), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 18), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 23) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 23.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

### 2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da AMMO VAREJO S.A. - em recuperação judicial, da LAT Capital Ltd., da C7S Tecnologia Ltda. e da Companhia Textil Guaraní S.R.L., das quais possui 100% do capital social, direta e indiretamente, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); e (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); todas com participação de 100%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

Considerando a ausência de informações sobre a controlada SGUS para o exercício de 2024, a Administração da Companhia manteve substancialmente os mesmos saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício de 2023, realizando a conversão com a taxa do dólar vigente em 31 de dezembro de 2024. Os saldos de partes relacionadas foram atualizados com juros e realizamos a provisão de outros investimentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.b..

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior e os ajustes de avaliação patrimonial, estão destacados na demonstração das mutações do patrimônio líquido nas rubricas “Ajustes acumulados de conversão” e “Ajustes de avaliação patrimonial”, respectivamente, e são revertidas para resultado quando da baixa dos investimentos que lhes deram origem. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do dólar vigente em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento: 31 de dezembro	6,1923	4,8413	27,9%
Taxa média: 31 de dezembro (12 meses)	5,4746	4,9841	9,8%

## 2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Impactos</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Vide nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória em 2026 e 2027. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Norma IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.

Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

As alterações visam promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.

Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Estamos avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Operações compromissadas (*)	-	1	1.545	2.512
Depósitos no exterior	-	-	31.572	27.191
Depósitos em contas correntes	42	-	8.682	4.817
Bloqueios judiciais	-	-	6.474	3.640
	-----	-----	-----	-----
	42	1	48.273	38.160
	=====	=====	=====	=====

(\*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 100% a 110% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2024	2023
Fundos de investimentos no exterior (1)	12.569	12.791
Depósito restrito (2)	638	499
Fundo de reserva (3)	4.067	8.632
	-----	-----
Circulante	17.274	21.922
	(13.207)	(13.290)
	-----	-----
Não circulante	4.067	8.632
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2024, estes fundos estão deduzidos de provisão para desvalorização no valor de R\$2.577.

(2) Em 31 de dezembro de 2024, a controlada SGUS possuía R\$638, equivalente a US\$103 mil (R\$499, equivalente a US\$102 mil, em 31 de dezembro de 2023) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(3) Valor referente ao fundo de reserva da 5ª emissão de debêntures da controlada CSA. Vide nota explicativa nº14 às demonstrações financeiras.

## 5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2024	2023
Cientes no mercado interno	127.113	120.617
Cientes no mercado externo	55.753	38.710
Operadoras de cartão de crédito	-	2.595
	-----	-----
	182.866	161.922
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(41.328)	(36.646)
	-----	-----
	141.538	125.276
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 130 dias (71 dias em 31 de dezembro de 2023). Os valores vencidos estão demonstrados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2024	2023
A vencer	106.051	84.783
Vencidas até 30 dias	10.971	6.725
Vencidas de 31 a 60 dias	2.253	7.267
Vencidas de 61 a 90 dias	2.790	9.233
Vencidas de 91 a 180 dias	7.661	11.271
Vencidas acima de 180 dias	53.140	42.643
	-----	-----
	182.866	161.922
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(36.646)	(35.079)
Adições	(4.700)	(1.752)
Baixas	678	1
Varição cambial	(660)	184
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(41.328)	(36.646)
	=====	=====

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2024, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

## 6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

### a. Estoques

	Consolidado	
	2024	2023
Matérias-primas, secundários e outros	48.662	44.624
Produtos em elaboração	7.875	59.505
Produtos acabados	60.073	76.923
Peças de reposição	39.148	36.470
	-----	-----
	155.758	217.522
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matérias-primas, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques, que não estivessem provisionadas. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	2023	(Adições) baixas	Variação cambial	2024
Matérias-primas e secundários	(651)	(3.094)	(2)	(3.747)
Produtos acabados	(10.941)	1.768	-	(9.173)
Peças de reposição	(514)	43	-	(471)
	-----	-----	-----	-----
	(12.106)	(1.283)	(2)	(13.391)
	=====	=====	=====	=====

	2022	(Adições) Baixas	Variação cambial	2023
Matérias-primas e secundários	(1.719)	44	1.024	(651)
Produtos acabados	(23.764)	12.786	37	(10.941)
Peças de reposição	(472)	(42)	-	(514)
	-----	-----	-----	-----
	(25.955)	12.788	1.061	(12.106)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Consolidado	
	2024	2023
2025	18.074	9.465
	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2024	2023
Clientes em recuperação judicial (a)	1.249	1.289
Parcelamento de créditos com clientes (b)	4.744	8.494
Financiamento no repasse de lojas (c)	32	384
Venda de imóveis (d)	-	557
Outros	1.410	3.172
	-----	-----
	7.435	13.896
Circulante (*)	(4.473)	(10.430)
	-----	-----
Não circulante	2.962	3.466
	=====	=====

(\*) Incluída na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 12% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo apresentado está líquido de provisão para perda no valor de R\$2.127 (R\$2.127 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Pagamento em até 90 parcelas mensais com juros de 0,50% a 2,00% ao mês. Em 31 de dezembro de 2024, os recebíveis estão deduzidos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$5.720 (R\$2.685 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(d) Pagamento em até 3 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês e atualização pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2024, os recebíveis estão deduzidos de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$525.

Considerando as informações subsequentes a 31 de dezembro de 2024, até a divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

## 8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADA

### a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				2024	2023	2024	2023
SGUS	259.240	100,0	(1.375)	259.240	202.729	(1.375)	(142.389)
CSA (1)	(1.152.205)	100,0	(609.003)	-	-	(609.003)	(918.839)
				-----	-----	-----	-----
				259.240	202.729	(610.378)	(1.061.228)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da controlada CSA apresentava saldo devedor de R\$1.152.205 (R\$871.603 em 31 de dezembro de 2023). Este passivo foi apresentado na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante.

### b) Investimentos indiretos:

#### Investimentos da SGUS

Em 31 de dezembro de 2023, a SGUS possuía investimento na Keeco, Inc., no valor de R\$7.114, equivalentes a US\$1.469, contabilizado a valor de custo na rubrica “Outros investimentos” no ativo não circulante. Considerando a ausência de informações sobre esse investimento em período subsequente às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais de 2023, a administração da Companhia concluiu pela provisão para perda no saldo remanescente no montante de R\$9.099 (US\$1.469), registrado na rubrica “Outras, líquidas”.

#### Investimentos da CSA

Controladas -	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2024	2023	2024	2023
Coteminas Argentina S.A.	87.586	100,00	(2.511)	87.586	40.921	(2.511)	(25.532)
LAT Capital Ltd. (2)	(759)	100,00	(19.059)	-	14.437	(19.059)	(3.815)
AMMO VAREJO S.A. (1) (2)	(62.488)	100,00	(76.212)	-	-	(76.212)	(156.426)
Compañía Textil Guaraní S.R.L.	1.340	100,00	-	1.340	1.126	-	(252)
				-----	-----	-----	-----
				88.926	56.484	(97.782)	(186.025)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 10 de junho de 2022, a controlada CSA realizou aporte de capital na sua controlada AMMO no valor de R\$196.815, subscrito e integralizado mediante a conferência das marcas “ARTEX”, “AMMO” e “PERSONO” no valor de R\$170.922, apurados em laudo de avaliação das marcas realizado por consultores especializados, Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., e saldos de mútuo no valor de R\$25.893. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para fins de apresentação dos investimentos nas demonstrações da CSA Controladora, foi eliminado o lucro não realizado do valor justo das marcas no valor de R\$161.507, e da rubrica de Intangível no consolidado. Vide nota explicativa nº12 às demonstrações financeiras.

(2) Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido ajustado das controladas AMMO e LAT apresentavam respectivamente, saldo devedor de R\$223.995 e R\$759 (R\$147.783 em 31 de dezembro de 2023 na AMMO). Estes passivos foram apresentados na rubrica “Obrigações com controladas”, no passivo não circulante nas demonstrações da CSA Controladora.

## Investimentos da AMMO

	Patrimônio líquido	Participação %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2024	2023	2024	2023
Investimentos em controlada:							
C7S Tecnologia Ltda.	20.328	100,00	2.680	20.328	17.648	2.680	528
				=====	=====	=====	=====
Investimentos em coligada:							
A11I Tecnologia S.A.	9.456	48,00	(5.663)	11.127	13.847	(2.720)	5
				=====	=====	=====	=====

(\*) A11I Tecnologia S.A. - A coligada tem por objeto social: (i) atividades relacionadas a análise, desenvolvimento, produção, licenciamento e cessão de programas de computador sob encomenda; (ii) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computador e acesso à internet por provedores; (iii) assessoria e consultoria em informática e (iv) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

	A11I Tecnologia S.A.	
	2024	2023
Ativos circulantes	2.890	4.350
Ativos não circulantes	8.265	7.225
Total dos ativos	11.155	11.575
Passivos circulantes	1.699	7
Passivos não circulantes	-	-
Total dos passivos	1.699	7
Patrimônio líquido – Controladora (*)	9.456	11.568
Receita líquida (12 meses)	9.414	-
Lucro (prejuízo) do exercício – Controladora	(5.663)	-

(\*) O Patrimônio Líquido da coligada está deduzido de Capital social a Integralizar pelos demais acionistas, no montante de 13.725, que será integralizado em até 36 meses após a 1ª integralização (Outubro de 2023). A controlada indireta AMMO VAREJO integralizou em 2023 a totalidade do capital subscrito com ativos.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.c às demonstrações financeiras.

c) Movimentação dos investimentos em (obrigações com) controladas:

	2023	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	Obrigações com controladas	2024
<u>Investimentos em controladas</u>						
SGUS	202.729	(1.375)	57.886	-	-	259.240
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
<u>Obrigações com controladas</u>						
CSA	(871.603)	(609.003)	(27.477)	355.878	-	(1.152.205)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2022	Equivalência patrimonial	Variação cambial sobre investimentos no exterior (1)	Ajustes de avaliação patrimonial	Obrigações com controladas	2023
SGUS	372.811	(142.389)	(26.815)	(878)	-	202.729
CSA	56.811	(918.839)	(9.575)	-	871.603	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	429.622	(1.061.228)	(36.390)	(878)	871.603	202.729
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Efeito cambial dos investimentos líquidos. Vide nota explicativa nº 23.d.3.1 às demonstrações financeiras.

d) Movimentação dos investimentos em coligada (indireta):

	2023	Equivalência patrimonial	2024
<u>Coligada</u>			
A111 Tecnologia S.A.	13.847	(2.720)	11.127
	=====	=====	=====

	2022	Aporte de capital (*)	Ganho de participação	Equivalência patrimonial	2023
<u>Coligada</u>					
A111 Tecnologia S.A.	-	7.239	6.603	5	13.847
	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Em 16 de Outubro de 2023, a controlada indireta AMMO VAREJO realizou aporte de capital na coligada A111 Tecnologia S.A. com ativos do imobilizado no valor de R\$ 334 (vide nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras) e propriedade intelectual no valor de R\$6.905 (vide nota explicativa nº12 às demonstrações financeiras). Na operação foi apurado um ganho de participação no montante de R\$6.603, registrada na rubrica "Outras Líquidas".

## 9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A movimentação dos saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda			Imóveis para renda			Total
	São Gonçalo			Montes Claros (4)	João Pessoa (5)	Acreuna (b)	
	Complexo comercial (1)	Complexo residencial (2)	Vinhedo (3)(a)				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	380.525	49.135	-	67.087	-	30.380	527.127
Adições	128	63	63.800	-	-	-	63.991
Baixa	-	-	-	(3.432)	-	-	(3.432)
Variação do valor justo (c)	2.140	148	589	71	-	-	2.948
Transferências	(23)	36	-	-	-	(13)	-
Transferências para o disponível para venda.	-	-	-	-	-	(30.367)	(30.367)
Propriedades de uso por controlada	-	-	(64.389)	-	-	-	(64.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	382.770	49.382	-	63.726	-	-	495.878
Adição	59	-	-	-	-	-	59
Baixa	(136)	-	-	-	-	-	(136)
Avaliação inicial a valor justo (d)	-	-	-	279.412	157.749	-	437.161
Transferências do Imobilizado	-	-	-	51.353	46.283	-	97.636
Saldos em 31 de dezembro de 2024	382.693	49.382	-	394.491	204.032	-	1.030.598

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a controlada CSA disponibilizou o imóvel para venda. Vide nota explicativa nº 10.c.3 às demonstrações financeiras. (Em 31 de dezembro de 2023, o imóvel era reclassificado para o balanço consolidado. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras)

(b) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada CSA disponibilizou o imóvel para venda. Vide mais detalhes nas notas explicativas nº10.c.2 – Imobilizado Disponível para venda.

(c) Valores lançados no resultado do respectivo exercício

(d) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do exercício quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Complexo comercial: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m<sup>2</sup>, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m<sup>2</sup> já foram desenvolvidos e arrendados. Em 2024, os valores de receita por arrendamento foram de R\$9.076 (R\$11.950 em 2023).

Os valores apurados foram os seguintes:

	2024	2023
Custo residual do imóvel	112.109	112.186
Mais valia apurada (a)	270.584	270.584
	-----	-----
Valor justo (b)	382.693	382.770
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$64.398 (R\$91.998 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis. Para 2024, a Companhia não identificou indícios de deteriorização ou mudança relevante no valor justo apurado no laudo anterior.

(2) Complexo residencial: Em 2018, a controlada CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m<sup>2</sup> para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	2024	2023
Custo residual do imóvel	1.529	1.529
Mais valia apurada (a)	47.853	47.853
	-----	-----
Valor justo (b)	49.382	49.382
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$11.388 (R\$16.269 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis. Para 2024, a Companhia não identificou indícios de deteriorização ou mudança relevante no valor justo apurado no laudo anterior.

(3) Imóvel para renda - Vinhedo: Em Outubro de 2023, a controlada CSA adquiriu de sua controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS – em recuperação judicial (“CTNM”), imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada AMMO VAREJO S.A. - em recuperação judicial. O referido imóvel foi adquirido pelo valor justo registrado na data, através de créditos entre as partes relacionadas.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2024 (*)	2023
Custo residual do imóvel	-	63.800
Mais valia apurada (a)	-	589
	-----	-----
Valor justo (b)	-	64.389
	=====	=====

(\*) Em 31 de Dezembro de 2024, a controlada CSA transferiu o imóvel, antes registrado a valor justo para a rubrica de imobilizado disponível para venda. Vide mais detalhes na nota explicativa nº10.c.3 – Imobilizado Disponível para venda.

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$140 (R\$200 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(4) Imóveis para valorização Montes Claros: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada CSA e são assim compostos:

	2024	2023
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m²)	36.340	36.340
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m²)	5.130	5.130
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (2.580 m²)	1.084	1.084
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m²)	21.172	21.172
Terreno e edificações - planta desativada (711.855 m2) (*)	306.078	-
Terrenos região da planta desativada (493.222 m2) (**)	24.687	-
	-----	-----
Total	394.491	63.726
	=====	=====
	2024	2023
	-----	-----
Custo residual dos imóveis	87.811	36.458
Mais valia apurada (a)	306.680	27.268
	-----	-----
Valor justo (b)	394.491	63.726
	=====	=====

(\*) Em 31 de março de 2024, considerando a estratégia da controlada CSA para consolidação de seu parque industrial, houve desativação da planta de Montes Claros. Considerando que o imóvel não mais possui finalidade operacional têxtil, seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimentos, mensurado a valor justo.

(\*\*) Em 30 de agosto de 2024, a controlada CSA destinou terrenos contíguos da planta de Montes Claros para propriedades para investimento. Considerando que os imóveis não mais possuem finalidade

operacional, seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimentos, mensurado a valor justo.

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$72.990 (R\$9.271 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023, e para o imóvel da planta desativada e terrenos contíguos, em 2024. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis. Para 2024, a Companhia não identificou indícios de deteriorização ou mudança relevante no valor justo apurado no laudo anterior.

(5) Imóvel para valorização João Pessoa: Em 31 de março de 2024, considerando a estratégia da controlada CSA para consolidação de seu parque industrial, houve desativação da planta de João Pessoa.

Considerando que o imóvel não mais possui finalidade operacional têxtil, seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, foi transferido para a rubrica de propriedades para investimentos, mensurado a valor justo. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>2024</u>
Custo residual do imóvel	46.283
Mais valia apurada (a)	157.749
	-----
Valor justo (b)	204.032
	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$37.544. Vide nota explicativa nº 18.b às demonstrações financeiras.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2024. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m<sup>2</sup> de imóveis similares na região e área dos imóveis.

## 10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

### a. Imobilizado

	Taxa % (*)	2024			2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	5,7	46.966	(23.702)	23.264	27.168
Edifícios	2,6	197.690	(108.121)	89.569	154.548
Instalações	6,6	121.878	(102.355)	19.523	45.522
Máquinas e equipamentos	11,7	644.025	(569.473)	74.552	184.715
UHE - Porto Estrela (**)	5,2	39.954	(26.630)	13.324	14.759
Móveis, utensílios e outros	5,8	113.376	(104.255)	9.121	10.593
Obras em andamento	-	10.953	-	10.953	15.750
		-----	-----	-----	-----
		1.174.842	(934.536)	240.306	453.055
Propriedade de uso por controlada indireta (***)		-	-	-	64.389
		-----	-----	-----	-----
		1.174.842	(934.536)	240.306	517.444
		=====	=====	=====	=====

(\*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(\*\*) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

(\*\*\*) Vide nota explicativa nº 9.3 às demonstrações financeiras.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.168	154.548	45.522	184.715	14.759	10.593	15.750	453.055
Adições	1.579	-	-	110	-	813	1.489	3.991
Baixas líquidas	(3.253)	-	(8)	(32)	-	(214)	(493)	(4.000)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	3.374	-	12	-	-	239	-	3.625
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	(2.140)	-	(604)	(13.160)	-	(1.388)	-	(17.292)
Transferências								
- Imobilizado	(6.353)	(5.432)	1.206	8.848	-	2.961	(1.230)	-
- Propriedade para investimento (3)	(3.391)	(65.268)	(22.732)	-	-	-	(6.245)	(97.636)
- Imobilizado disponível para venda	-	-	-	(70.649)	-	(951)	-	(71.600)
- Comodato	-	-	-	(2.002)	-	2.002	-	-
Variação cambial	8.983	10.807	(30)	89	-	195	1.682	21.726
Depreciação do exercício	(2.703)	(5.086)	(3.843)	(33.367)	(1.435)	(5.129)	-	(51.563)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.264	89.569	19.523	74.552	13.324	9.121	10.953	240.306
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total provisão para desvalorização de Ativos	(2.834)	-	(606)	(13.160)	-	(5.141)	-	(21.741)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	UHE Porto Estrela (1)	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.974	170.026	51.027	222.755	16.193	13.610	17.826	522.411
Adições	6.948	-	6	860	-	1.765	954	10.533
Baixas líquidas	(714)	-	(74)	(9)	-	(20)	-	(817)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	685	-	109	-	-	-	-	794
Baixa para aporte de capital em coligada (4)	-	-	-	-	-	(334)	-	(334)
Reversão (provisão) para desvalorização de ativos	(3.286)	-	8	53	-	(401)	-	(3.626)
Transferências								
- Imobilizado	(167)	(213)	1.520	33	-	1.187	(2.360)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	(1.661)	(363)	-	-	-	-	(2.024)
Variação cambial	(4.425)	(5.390)	(168)	(649)	-	30	(670)	(11.272)
Depreciação do exercício	(2.847)	(8.214)	(6.543)	(38.328)	(1.434)	(5.244)	-	(62.610)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.168	154.548	45.522	184.715	14.759	10.593	15.750	453.055
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Total provisão para desvalorização de Ativos	(4.068)	-	(14)	-	-	(3.992)	-	(8.074)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

(3) Vide notas explicativas nº 9.4 e 9.5 às demonstrações financeiras.

(4) Vide nota explicativa nº 8.d às demonstrações financeiras.

Anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável, a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado. Em 30 de setembro de 2024, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$21.741 (R\$8.074 em 31 de dezembro de 2023). O saldo da provisão para perda é considerado pela Administração, suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes ativos.

#### b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificam os ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2023	Variação cambial	Adições	Baixas (1 e 2)	Transferências		2024
					Propriedades p/investimento (3)	Imobilizado (4)	
Custo	456.925	111.964	-	(35.679)	64.389	600.754	1.198.353
Depreciação	(365.309)	(97.302)	-	3.282	-	(529.154)	(988.483)
Provisão para perda	(64.546)	(11.261)	(7.732)	19.120	-	-	(64.419)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	27.070	3.401	(7.732)	(13.277)	64.389	71.600	145.451
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2022	Variação cambial	Transferências			2023
			Imobilizado (1)	Propriedades p/investimento (2)	Adições (2)	
Custo	461.614	(31.562)	5.306	30.367	(8.800)	456.925
Depreciação	(389.135)	27.108	(3.282)	-	-	(365.309)
Provisão para desvalorização de ativos	(48.569)	3.137	-	-	(19.114)	(64.546)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	23.910	(1.317)	2.024	30.367	(19.114)	27.070
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2023 a controlada CSA disponibilizou imóveis para venda. Em março de 2024, a controlada CSA entregou os imóveis em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Sofisa no valor de R\$27.871. Vide notas explicativas nº 13 às demonstrações financeiras. Nesta operação houve um ganho de R\$25.848 na controlada CSA, refletido no resultado na rubrica "Outras líquidas".

(2) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada CSA disponibilizou o imóvel de Acreúna para venda e contabilizou provisão para perda no valor de R\$19.114. Em março de 2024, a controlada CSA entregou o imóvel em Dação de pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Luso Brasileiro no valor de R\$11.253. Vide notas explicativas nº 13 às demonstrações financeiras.

(3) Em 31 de dezembro de 2024, a controlada CSA disponibilizou o imóvel de Vinhedo para venda. Em junho de 2025, a Companhia entregou o imóvel em Dação em pagamento para quitação de empréstimo com o Banco Fibra no valor de R\$ 64.611. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.a - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras.

(4) Em 31 de dezembro de 2024, considerando a desativação das plantas de Montes Claros e João Pessoa da controlada CSA, os saldos de maquinários e móveis e utensílios foram disponibilizados para venda.

## 11. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		2024		2023	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (uso próprio)	35,0	5.599	(2.309)	3.290	56
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	54.968	(22.903)	32.065	25.069
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	19,5	77.118	(40.890)	36.228	39.981
Propriedades para investimentos (1)		58.401	-	58.401	45.659
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		196.086	(66.102)	129.984	110.765
Arrendamentos financeiros a receber (1)		109.579	-	109.579	85.672
		-----	-----	-----	-----
		305.665	(66.102)	239.563	196.437
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóveis – SGUS	Imóveis - Lojas	Veículos	Propriedades para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.820	30.878	49.442	773	61.483	100.241	244.637
Variação cambial	-	(2.122)	-	-	(4.304)	(7.018)	(13.444)
Adições (1)	-	-	27.716	23	-	-	27.739
Baixas (2)	-	-	(18.801)	-	(6.875)	-	(25.676)
Amortização do exercício	(1.764)	(3.687)	(18.376)	(796)	-	-	(24.623)
Encargos	-	-	-	-	6.052	9.240	15.292
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	(10.697)	(16.791)	(27.488)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56	25.069	39.981	-	45.659	85.672	196.437
Variação cambial	-	6.996	-	-	12.742	23.907	43.645
Adições (1)	5.264	-	17.464	-	-	-	22.728
Baixas (2)	-	-	(7.538)	-	-	-	(7.538)
Amortização do exercício	(2.030)	-	(13.679)	-	-	-	(15.709)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.290	32.065	36.228	-	58.401	109.579	239.563
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	2024	2023
2024	-	16.551
2025	42.579	16.738
2026	21.653	16.929
2027 em diante	89.315	69.829
	-----	-----
Ajuste a valor presente	153.547 (43.968)	120.047 (34.375)
	-----	-----
Circulante	109.579 (38.433)	85.672 (15.687)
	-----	-----
Não circulante	71.146	69.985
	=====	=====

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente.

## 12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2024	2023
Marcas – próprias (1)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (2)	11.459	6.057
Propriedade intelectual (3)	725	725
Pontos comerciais (luvas) (4)	1.853	9.486
	-----	-----
Total	30.304	32.535
	=====	=====

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (a)	Marcas - próprias (1)	Marcas - licença de uso (2)	Propriedade intelectual (3)	Pontos comerciais (4)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.303	16.267	10.848	9.784	18.771	82.973
Adições	-	-	-	-	1.110	1.110
Baixas	-	-	-	-	(4.758)	(4.758)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	-	-	-	-	4.016	4.016
Baixa do ágio na aquisição da AMMO	(27.303)	-	-	-	-	(27.303)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	-	(5.761)	(5.761)
Baixa para aporte de capital em coligada	-	-	-	(6.905)	-	(6.905)
Amortização do exercício	-	-	(1.237)	(2.154)	(3.892)	(7.283)
Variação cambial	-	-	(3.554)	-	-	(3.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	16.267	6.057	725	9.486	32.535
Adições	-	-	-	-	150	150
Baixas líquidas	-	-	-	-	(14.422)	(14.422)
Reversão de provisão para desvalorização de ativos baixados	-	-	-	-	12.183	12.183
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	-	(2.569)	(2.569)
Amortização do exercício	-	-	(1.425)	-	(2.975)	(4.400)
Variação cambial	-	-	6.827	-	-	6.827
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	16.267	11.459	725	1.853	30.304

(a) Ágio decorrente de investimento na AMMO VAREJO S.A., adquirido pela controlada CSA em 1º de janeiro de 2019, Em junho de 2023, devido a atual situação daquela controlada, foi realizado a baixa deste ágio para o resultado.

(1) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(2) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(3) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos. Em outubro de 2023, a controlada indireta AMMO realizou investimento na coligada A111 Tecnologia S.A. através do aporte do intangível.

(4) Pontos comerciais: Os valores referentes aos pontos comerciais (luvas) estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$5.311 (R\$14.925 em 31 de dezembro de 2023). Os pontos comerciais possuem vida útil definida, baseado no prazo médio dos contratos de locação destes ativos, portanto, estão sendo amortizados

Os itens de (1) a (4) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses itens.

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				2024	2023
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (a) (1) (2)	R\$	100,0 do CDI	2033	490.061	441.088
Banco BBM S.A.- CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	7.475	6.373
Banco ABC do Brasil S.A. - CCE	R\$	4,9 + CDI	2025	8.575	7.997
Banco Bradesco S.A. (b) (1) (2)	R\$	6,3 + CDI	2027	51.637	44.601
Banco Daycoval S.A.	R\$	1,5 + CDI	2026	26.784	23.096
Banco Santander S.A. (c) (2)	R\$	5,6 + CDI	2025	1.283	2.741
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	6,2 + CDI	2029	4.083	5.510
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	3,0 + CDI	2029	21.740	19.629
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,8 + CDI	2025	4.254	31.080
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	8,6 + CDI	2024	-	26.752
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	R\$	3,9 a 6,3 + CDI	2025	10.215	9.527
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (3)	R\$	4,4	2025	-	9.561
Banco Bradesco S.A. (3)	R\$	4,4	2025	7.995	-
Banco Daycoval S.A.	R\$	14,9	2026	906	1.326
Banco Luso Brasileiro S.A.	R\$	8,9 + CDI	2027	-	10.388
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	R\$	14,7 + CDI	2025	139	4.968
FIDC da Indústria Exodus Institucional – CCB	R\$	18,2 a 34,5 + CDI	2025	4.878	-
Outros	R\$	-	2026	14.947	13.264
				-----	-----
				654.972	657.901
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	38,7	2024	-	2.447
Banco do Brasil S.A.	US\$	6,5	2025	97.205	74.166
				-----	-----
				97.205	76.613
Total				752.177	734.514
Circulante				(195.136)	(371.774)
Não circulante				557.041	362.740
				=====	=====

(1) Contratos da controlada CSA com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$507.997, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	195.136	507.997	703.133
Não circulante	557.041	(507.997)	49.044
	-----	-----	-----
Total dos Empréstimos	752.177	-	752.177
	=====	=====	=====

(2) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada CSA não cumpriram certos índices financeiros relativos a esses empréstimos, mas devido a renegociações em 2024, mantiveram os vencimentos originais desses empréstimos. Conforme determina o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresentamos os respectivos empréstimos no passivo circulante no balanço patrimonial.

Os valores reclassificados foram como segue:

	Consolidado		
	Vencimento Original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	371.774	308.773	680.547
Não circulante	362.740	(308.773)	53.967
	-----	-----	-----
Total dos Empréstimos	734.514	-	734.514
	=====	=====	=====

(3) Inclui empréstimos mantidos pela controladora no montante de R\$7.995 (R\$9.561 em 31 de dezembro de 2023). Em março de 2024, a controladora CTNM realizou um acordo extrajudicial com o Município de Blumenau, controlada CSA e com o Banco Bradesco, para desapropriação de imóvel da controladora CTNM, com recebimento no montante de R\$21.978, a ser realizado da seguinte forma: (i) R\$11.257 em 20 parcelas, com primeiro vencimento em Abril de 2024, que serão depositados judicialmente à Justiça do Trabalho de Blumenau para quitação de verbas trabalhistas da controlada CSA (ii) R\$1.965 em 4 parcelas, com primeiro vencimento em Abril de 2024, que abaterá parcelas atrasadas deste empréstimo da Companhia e (iii) R\$8.756 em 16 parcelas, com primeiro vencimento em Agosto de 2024, que serão destinados a um fundo de reservas para quitação deste empréstimo da Companhia. Em junho de 2024, a fiança deste empréstimo foi exercida, e o Banco Bradesco se sub-rogou a dívida.

(a) Empréstimos da controlada CSA com cláusulas de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(b) Empréstimos da controlada CSA com cláusula contratual de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,5 vezes.

(c) Empréstimos da controlada CSA com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (a), (b) e (c) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança do controlador da SGPSA; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2033	Total
<b>Moeda nacional:</b>						
Banco do Brasil S.A. (*)	-	-	-	-	490.061	490.061
Banco BBM S.A. – CCB	7.475	-	-	-	-	7.475
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	8.575	-	-	-	-	8.575
Banco Bradesco S.A. (*)	33.701	12.037	5.899	-	-	51.637
Banco Daycoval S.A.	24	26.760	-	-	-	26.784
Banco Santander S.A.	1.283	-	-	-	-	1.283
Banco Safra S.A. – CCB	1.151	902	978	902	150	4.083
Banco Fibra S.A. – CCE	2.840	5.400	5.400	5.400	2.700	21.740
Banco Sofisa S.A.	4.254	-	-	-	-	4.254
Banco ABC do Brasil S.A. – CCB	10.215	-	-	-	-	10.215
Banco Bradesco S.A.	7.995	-	-	-	-	7.995
Banco Daycoval S.A.	549	357	-	-	-	906
SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios	139	-	-	-	-	139
FIDC da Indústria Exodus Institucional – CCB	4.878	-	-	-	-	4.878
Outros	14.852	95	-	-	-	14.947
	97.931	45.551	12.277	6.302	492.911	654.972
<b>Moeda estrangeira:</b>						
Banco do Brasil S.A.	97.205	-	-	-	-	97.205
	97.205	-	-	-	-	97.205
<b>Total</b>	<b>195.136</b>	<b>45.551</b>	<b>12.277</b>	<b>6.302</b>	<b>492.911</b>	<b>752.177</b>

(\*) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.a às demonstrações financeiras.

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2024			2023
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do exercício	734.514	373.220	1.107.734	1.035.455
Novas captações ou renovações	40.496	-	40.496	169.035
Juros e encargos provisionados	78.776	49.830	128.606	187.206
Amortização de principal	(50.875)	(4.000)	(54.875)	(195.072)
Pagamento de juros	(8.715)	(11.114)	(19.829)	(57.319)
Variação cambial	20.737	-	20.737	(7.550)
Encargos antecipados, líquidos	-	31.166	31.166	5.395
Ajuste a valor presente (a)	-	(118.004)	(118.004)	-
Juros apropriados (valor presente) (a)	-	7.794	7.794	-
Dações de imóveis em pagamento (b) (c)	(62.756)	-	(62.756)	-
Alienação de créditos tributários (d)	-	-	-	(29.416)
Saldo no final do exercício	752.177	328.892	1.081.069	1.107.734

(a) Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações financeiras.

(b) Empréstimos da controlada CSA no montante de R\$39.124 quitados com entrega de imóveis da controlada CSA. Vide nota explicativa nº 10.b às demonstrações financeiras.

(c) Empréstimo da Companhia, quitado parcialmente, no montante de R\$2.001, com a desapropriação de imóvel da controladora CTNM, via mútuo conforme mencionado no item (3) acima.

(d) Em Fevereiro de 2023, a controlada CSA firmou um contrato de venda dos créditos de precatórios com o Banco Safra, pelo montante de R\$23.187. Considerando a opção de recompra dos créditos, a controlada CSA tratava a operação como um empréstimo, e mantinha ambos saldos registrados no balanço. Em Junho de 2023, considerando que não havia expectativa de recompra dos direitos creditórios, os saldos foram baixados. O efeito no resultado foi uma perda no montante de R\$62.649, registrados na rubrica “Outras líquidas – baixa precatórios, líquidos”.

#### 14. DEBÊNTURES

(a) Em 26 de julho de 2021 a controlada CSA emitiu 160.000 debêntures não conversíveis em ações (5ª emissão de debêntures), com as características abaixo, a qual, em 4 de agosto de 2021, foram integralmente subscritas pela Virgo Companhia de Securitização (“Virgo”). As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo coordenada pelo Banco Votorantim.

Em 4 de agosto de 2021, foi firmado com a Virgo distribuição pública com esforços restritos de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no mercado brasileiro, nos termos da Instrução da CVM nº 414 e da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tendo como lastro as debêntures emitidas pela controlada CSA, os quais foram totalmente subscritos.

Os recursos ingressaram na controlada CSA na data da subscrição dos CRI. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRI, no valor de aproximadamente R\$5.887, equivalentes a 3,67% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor. Parte dos recursos foram destinados obrigatoriamente para pagamento integral da 4ª emissão de debênture junto ao Banco Itaú BBA S.A.

Em 18 de março de 2025, a controlada CSA, Debenturistas e Garantidores assinaram aditamentos à Escritura de emissão das debentures, refletindo deliberações de Assembleia Geral de Titulares dos CRIs (AGT) realizadas entre Agosto de 2024 e Março de 2025. Nestes aditamentos, além da definição do dia 20 de agosto de 2024 como data de repactuação, foram determinados novos termos e condições de pagamento das debêntures, além de modificações relacionadas às garantias e cláusulas de vencimento antecipado.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 5ª emissão de debêntures	Antes da repactuação	Repactuação agosto/2024
Quantidade de debênture emitida	160.000	160.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1.000,00	R\$1.000,00
Amortização	120 parcelas iguais	Parcela única no vencimento final
Vencimento inicial	18/08/2021	18/08/2021
Vencimento final	17/07/2031	17/07/2031
Remuneração	IPCA + 9,25%a.a.	IPCA + 6,00%a.a.
Amortização da remuneração	Mensal	Mensal
Garantias	(1)	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenants)	(2)	(2)

(1) Garantia Real: Imóveis da controlada CSA, referidos nos itens 1 e 2 da nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 2,0 vezes o saldo devedor das Debêntures. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência. Nos aditamentos informados acima, houve liberação parcial, temporária e condicional de recursos à controlada CSA, que estavam depositados nos fundos de reserva, para reembolso dos custos mensais dos imóveis. Além disso, foi concedida pelos debenturistas, autorização para venda parcial dos imóveis onde os recursos provenientes da venda, quando aplicável, serão direcionados para a recomposição do fundo reserva ou amortização extraordinária.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas semestrais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 2,25 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,80 vezes. Após a venda de investimento na SGUS, razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,60 vezes; e (iii) razão entre o Ativo Circulante e o Passivo circulante (excluídos os impactos da SGUS) de no mínimo 1,2 vezes.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de agosto de 2024, foi concedida suspensão temporária de vencimento antecipado das Debêntures, por um período adicional de 6 meses. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de março de 2025, foi concedida sustação dos efeitos de vencimento antecipado.

(b) Em 30 de maio de 2022 a controlada indireta AMMO aprovou a emissão de até 300.000.000 debêntures conversíveis em ações, as quais, em 20 de junho de 2022, foram subscritas 180.000.000 debêntures pela Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Odernes"), sendo as demais 120.000.000 debêntures emitidas e não subscritas, foram canceladas até 1º de Junho de 2023.

As debêntures foram objeto de colocação privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou a realização de qualquer esforço de venda perante público em geral, que possa caracterizar uma distribuição pública de valores mobiliários.

Os recursos foram utilizados para reforço do capital de giro e suportar o plano de expansão do varejo, e ingressaram na controlada indireta AMMO na data da subscrição. As despesas de emissão das debêntures, no valor de R\$15.101 estavam sendo amortizados mensalmente.

Em fevereiro de 2024 foram assinados aditivos aos contratos de garantias e à escritura das debêntures, prestando garantias adicionais e, em contrapartida às garantias adicionais, foi concedido um prazo adicional de 1 ano para juntos, debenturista, controladores e a controlada indireta AMMO, encontrarem uma solução para a liquidação das debêntures.

Em Maio de 2024, após notificação enviada pelo debenturista alegando o vencimento antecipado e a consequente excussão das garantias, a controlada indireta AMMO juntamente com outras empresas do grupo requereram Recuperação Judicial, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, e obtiveram deferimento, em sede liminar, de seus pedidos.

Em 17 de julho de 2024, foi assinado acordo entre o debenturista e a controlada indireta AMMO, e outras empresas do Grupo para prorrogar o vencimento das debêntures e extinguir disputa relativa às debêntures. No referido acordo, foram determinados novos termos e condições de pagamento das debêntures, além de garantias adicionais, como inclusive a marca Mmartan.

Considerando os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº28.b às demonstrações financeiras.

As características das debêntures são as seguintes:

Características da 1ª emissão de debêntures	Antes da repactuação	Repactuação Julho/2024
Quantidade de debêntures emitidas	300.000.000	300.000.000
Quantidade de debêntures subscritas	180.000.000	180.000.000
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$1,00	R\$1,00
Amortização	Parcela única no vencimento	17 Parcelas fixas trimestrais de R\$3.750 a partir de Dez/25 e pagamento do saldo devedor no vencimento (*)
Vencimento	20/06/2027	31/12/2029
Remuneração	20% a.a. (capitalização trimestral)	Sem incidência de juros (*)
Amortização da remuneração	Parcela única no vencimento do principal	-

(\*) Desde que cumpridas certas condições acordadas, sobre saldo devedor (R\$291.834 considerando encargos moratórios acumulados) não haverá incidência de juros e também se atingindo o pagamento de US\$34.541 mil até dezembro de 2029 o saldo devedor remanescente da dívida será extinto a título de bônus de adimplência e ocorrerá o consequente cancelamento das debêntures.

Conversão em ações:

As debêntures, incluindo todos os demais valores devidos no âmbito desta Emissão, poderão ser totalmente convertidas em ações a serem emitidas pela controlada indireta AMMO, em caso de vencimento antecipado ou na ocorrência de um evento de liquidez (oferta pública de ações). Após a devida notificação neste sentido, deverá ser iniciado um processo competitivo a ser conduzido por assessor previamente autorizado neste novo acordo.

Garantias:

Garantia Real: (i) Alienação fiduciária das ações de emissão da controlada indireta AMMO que estará sujeita a liberação condicional, bem como cessão fiduciária de outros direitos creditórios atrelados a mesma; (ii) Alienação fiduciária das participações societárias Cantagalo pertencentes a outras empresas do Grupo

Garantia Fidejussória: Fiança prestada, solidariamente com a emissora, por Josué Christiano Gomes da Silva.

Os saldos das debêntures, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, eram assim compostos:

	Debêntures		Consolidado	
	5ª emissão (a)	1ª emissão (b)	2024	2023
Valor original	117.333	180.000	297.333	301.333
Juros provisionados	31.682	91.423	123.105	84.388
Encargos antecipados	(1.747)	-	(1.747)	(12.501)
Encargos moratórios (a)	-	20.411	20.411	-
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	147.268	291.834	439.102	373.220
(-) Ajuste a valor presente (b) (c)	-	(118.004)	(118.004)	-
(+) Juros apropriados (c)	-	7.794	7.794	-
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures a valor presente	147.268	181.624	328.892	373.220
	-----	-----	-----	-----
Circulante	(77)	(3.750)	(3.827)	(373.220)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	147.191	177.874	325.065	-
	=====	=====	=====	=====

(a) Encargos moratórios referentes às renegociações das debentures da controlada indireta AMMO em Julho de 2024, e que compõem o saldo devedor, registrados na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” no resultado do exercício.

(b) Dadas as características do passivo financeiro relacionado às debêntures da controlada indireta AMMO e os novos termos contratuais repactuados nessa operação, para fins contábeis, o respectivo instrumento financeiro deverá ser remensurado a valor justo por meio do resultado, observando os conceitos previstos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e aplicando a técnica de valor presente observada no CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração a valor justo.

(c) Os efeitos do ajuste a valor presente das debêntures da controlada indireta AMMO, foram registrados na rubrica “Receitas financeiras” no resultado do exercício e a recomposição do juros ao longo do contrato será registrado na rubrica “Despesas financeiras – juros e encargos” no resultado do exercício.

## 15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2024	2023
Mercado interno	331.458	256.921
Mercado externo	48.174	36.527
	-----	-----
	379.632	293.448
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 329 dias (158 dias em 31 de dezembro de 2023).

## 16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997  
 Prazo de concessão: 35 anos  
 Valor total da concessão: R\$333.310  
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5° ao 15° ano 2002 a 2012	16° ao 25° ano 2013 a 2022	26° ao 35° ano 2023 a 2032
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	11.117	1.063.702	1.732.307
	=====	=====	=====

A controlada CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M.

As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	73.645	94.517
Apropriação das parcelas da outorga	6.291	6.250
Baixas (a)	(58.837)	(59.000)
Juros (7,5% a.a.)	32.253	30.950
Varição monetária (IGP-M)	7.364	928
	-----	-----
Saldo a vencer do contrato	60.716	73.645
Parcelas em atraso (b)	284.141	187.893
	-----	-----
Total	344.857	261.538
Circulante	(292.148)	(242.201)
	-----	-----
Não circulante	52.709	19.337
	=====	=====

(a) As baixas representam as parcelas vencidas mensalmente conforme previsto no contrato de concessão.

(b) Em maio de 2023, a controlada CSA ingressou com ação judicial solicitando o restabelecimento do equilíbrio econômico do contrato de concessão, mediante a substituição do índice de correção monetária definido no referido contrato, para que os valores das UBP's sejam corrigidos de acordo com o IPCA, apurando se, ainda, o montante pago a maior em razão da aplicação de tal índice durante o período de 2013 a 2023.

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de setembro de 2024, somam R\$13.324 (R\$14.759 em 31 de dezembro de 2023) (vide nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

## 17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		2024	2023
Imóveis	2026	3.403	67
SGUS (*)	2030	222.521	173.973
Imóveis – lojas	2030	38.165	42.573
		-----	-----
		264.089	216.613
Circulante		(95.567)	(49.098)
		-----	-----
Não circulante		168.522	167.515
		=====	=====

(\*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis – SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2025	2026	2027	2028 a 2030	Total
Imóveis	2.894	724	-	-	3.618
SGUS	87.318	44.189	44.546	135.822	311.875
Imóveis – lojas	14.729	11.876	8.961	9.627	45.193
Total bruto	104.941	56.789	53.507	145.449	360.686
Ajuste a valor presente	(9.374)	(11.543)	(15.148)	(60.532)	(96.597)
Total a pagar	95.567	45.246	38.359	84.917	264.089

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	2024				2023
	Imóveis	SGUS	Imóveis – lojas	Total	Total
Saldo no início do exercício	67	173.973	42.573	216.613	269.200
Adições (1)	5.264	-	17.465	22.729	27.739
Baixas (2)	-	-	(7.859)	(7.859)	(27.852)
Encargos	312	-	3.414	3.726	24.924
Pagamentos	(2.240)	-	(17.428)	(19.668)	(62.510)
Varição cambial	-	48.548	-	48.548	(14.888)
Saldo no final do exercício	3.403	222.521	38.165	264.089	216.613

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os efeitos no resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

	2024		2023	
	Imóveis	Imóveis – lojas	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no exercício	2.240	17.428	19.668	62.510
PIS e COFINS recuperado	-	(1.612)	(1.612)	(2.129)
Amortização de direitos de uso	(2.030)	(13.679)	(15.709)	(24.623)
PIS e COFINS sobre amortização	-	1.290	1.290	1.754
Encargos, líquidos	(312)	(3.414)	(3.726)	(9.632)
PIS e COFINS sobre juros	-	322	322	375
Baixas, líquidas	-	321	321	2.176
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	(27.488)
	-----	-----	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	(102)	656	554	2.943
	=====	=====	=====	=====

## 18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

### a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	2024				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(613.382)	(620.913)	(60)	609.063	(625.292)
Equivalência patrimonial	610.378	2.720	-	(610.378)	2.720
Outros	633	115	-	-	748
	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(2.371)	(618.078)	(60)	(1.315)	(621.824)
Alíquota de 34%	806	210.147	20	447	211.420
Créditos fiscais não constituídos	(806)	(197.586)	(20)	(447)	(198.859)
Outros	-	(651)	-	-	(651)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	11.910	-	-	11.910
	=====	=====	=====	=====	=====
Total dos impostos sobre o lucro - corrente	-	(651)	-	-	(651)
Total dos impostos sobre o lucro - diferido	-	12.561	-	-	12.561
	=====	=====	=====	=====	=====

	2023				
	SGPSA (Controladora)	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(1.065.922)	(921.321)	(126.828)	1.060.608	(1.053.463)
Equivalência patrimonial	1.061.228	(5)	-	(1.061.228)	(5)
Subvenção para investimentos	-	(4.004)	-	-	(4.004)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(37)	-	(37)
Outros	-	481	-	-	481
Base de cálculo dos impostos	(4.694)	(924.849)	(126.865)	(620)	(1.057.028)
Alíquota de 34%	1.596	314.449	43.134	211	359.390
Créditos fiscais não constituídos	(1.596)	(311.636)	(58.075)	(211)	(371.518)
Outros	-	(331)	-	-	(331)
Total dos impostos sobre o lucro	-	2.482	(14.941)	-	(12.459)
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(336)	(49)	-	(385)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	2.818	(14.892)	-	(12.074)

(1) Inclui efeito cambial de controladas e eliminações para a consolidação.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 2023	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldos em 2024
<b>Ativo:</b>				
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	16.783
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	1.905
	-----	-----	-----	-----
	18.688	-	-	18.688
<b>Imposto diferido passivo:</b>				
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(117.738)	12.561	(81.283)	(186.460)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(593)	-	-	(593)
	-----	-----	-----	-----
<b>Total de impostos diferidos, líquidos</b>	<b>(99.643)</b>	<b>12.561</b>	<b>(81.283)</b>	<b>(168.365)</b>
	=====	=====	=====	=====
<b>Total do ativo não circulante (soma de a)</b>	<b>1.905</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.905</b>
<b>Total do passivo não circulante (soma de p)</b>	<b>(101.548)</b>	<b>12.561</b>	<b>(81.283)</b>	<b>(170.270)</b>
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$139.747 em prejuízos fiscais (R\$140.916 em 31 de dezembro de 2023) e R\$139.747 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$140.917 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o conseqüente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	Total
2025	3.766	-	3.766
A partir de 2027	13.017	-	13.017
	-----	-----	-----
	16.783	-	16.783
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada CSA possuía R\$2.535.429 em prejuízos fiscais (R\$2.278.711 em 31 de dezembro de 2023) e R\$2.539.854 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$2.285.137 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a controlada indireta AMMO possuía R\$813.756 em prejuízos fiscais (R\$615.912 em 31 de dezembro de 2023) e R\$813.756 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$615.940 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização		Total
	São Gonçalo			Montes Claros (9.4)	João Pessoa (9.5)	
	Complexo comercial (9.1)	Complexo residencial (9.2)	Vinhedo (9.3)			
Valor justo	382.693	49.382	64.389	394.491	204.032	1.094.987
Total do custo residual	(112.109)	(1.529)	(63.800)	(87.811)	(46.283)	(311.532)
Mais valia apurada	270.584	47.853	589	306.680	157.749	783.455
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	91.998	16.269	200	104.271	53.635	266.373
Ajuste de alíquota efetiva (*)						
Impacto no Patrimônio Líquido	(18.253)	(4.508)	-	(28.500)	(16.091)	(67.352)
Impacto no Resultado	(9.347)	(373)	(60)	(2.781)	-	(12.561)
	(27.600)	(4.881)	(60)	(31.281)	(16.091)	(79.913)
Imposto de renda e contribuição social a pagar ajustado sobre mais valia	64.398	11.388	140	72.990	37.544	186.460

(\*) Em 31 de dezembro de 2024, para refletir a carga tributária efetiva futura, a controlada CSA ajustou os valores de impostos diferidos apurados sobre a mais valia de propriedades para investimento (reconhecidas no patrimônio líquido e no resultado), uma vez que a legislação vigente limita a compensação de prejuízo fiscal a 30% do lucro líquido ajustado. Essa limitação deve ser considerada na mensuração inicial do passivo, que será realizado ao longo do tempo por meio de ganhos que terão tributação efetiva inferior.

## (2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada SGUS possui saldo de R\$1.688.064 em prejuízos fiscais (R\$1.319.772 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais e estaduais, validade entre 2025 a 2034.

c. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	15.193	15.909
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.462	18.051
PIS e COFINS a recuperar (*)	366	20.036
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	1.779	1.263
IPTU a compensar	6.755	7.219
Outros impostos a recuperar	1.902	409
	-----	-----
	44.457	62.887
Circulante	(33.472)	(45.828)
	-----	-----
Não circulante	10.985	17.059
	=====	=====

(\*) O saldo consolidado inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS que estão sendo compensados com débitos de impostos Federais.

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os impostos devidos e parcelamentos consolidados são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Parcelamentos estaduais	122.582	103.323
Parcelamentos federais	307.566	269.424
Outros parcelamentos	9.488	8.749
	-----	-----
	439.636	381.496
Circulante	(93.050)	(103.316)
	-----	-----
Não circulante	346.586	278.180
	=====	=====

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2025	2026	2027	2028 a 2036	Total
Parcelamentos estaduais	21.520	19.210	18.303	63.549	122.582
Parcelamentos federais	64.599	60.742	59.459	122.766	307.566
Outros parcelamentos	6.931	2.545	5	7	9.488
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	93.050	82.497	77.767	186.322	439.636
	=====	=====	=====	=====	=====

A controlada CSA e a controlada indireta AMMO possuem parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. A classificação contábil considera a possibilidade legal de obtenção dos parcelamentos conforme legislação aplicável e respectiva quantidade de parcelas, incluindo multas e juros incorridos.

## 19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas cujas perdas foram estimadas como possíveis, no valor de R\$95.469, R\$68.217 e R\$7.691, respectivamente (R\$42.347, R\$46.844 e R\$2.710 respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) CPRB (R\$ 30.973); (ii) adicional GILRAT (R\$ 10.052); (iii) glosas de créditos de COFINS (R\$ 7.877); (iv) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (v) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); (vi) ICMS diferido sobre importações (R\$1.612); (vii) ICMS obrigações acessórias (R\$705); (viii) Notas fiscais não reconhecidas (R\$1.448); e (ix) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – COFURH (R\$1.301). O principal processo cível corresponde a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo valor corresponde a R\$38.701 que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	2024	2023
Tributários	43.044	41.877
Trabalhistas	61.106	31.078
Cíveis e outras	5.831	5.461
	-----	-----
	109.981	78.416
	=====	=====
Depósitos judiciais	18.465	12.822
	=====	=====

Tributários – As controladas CSA e AMMO são polo ativo em ações judiciais que visam contestar a cobrança do diferencial de alíquota do ICMS (DIFAL) em decorrência da inconstitucionalidade da cobrança através de Convênio, sem lei complementar que o institua, bem como pelo descumprimento do princípio da anterioridade anual e nonagesimal da LC nº190/2022 pelos Estados. Inclui provisão sobre crédito complementar de PIS COFINS.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros. No contexto da consolidação do parque fabril da controlada CSA, com a desativação de duas plantas industriais, houve redução significativa do quadro de funcionários e conseqüentemente, aumento de ações trabalhistas.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2023	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 2024
Tributários	41.877	2.718	(1.551)	-	43.044
Trabalhistas	31.078	54.271	(24.246)	3	61.106
Cíveis e outras	5.461	4.195	(3.826)	1	5.831
	-----	-----	-----	-----	-----
	78.416	61.184	(29.623)	4	109.981
	=====	=====	=====	=====	=====

	Saldos em 2022	Adições	Baixas	Variação cambial	Saldos em 2023
Tributários	4.524	37.502	(149)	-	41.877
Trabalhistas	11.064	27.772	(7.139)	(619)	31.078
Cíveis e outras	5.213	1.352	(137)	(967)	5.461
	-----	-----	-----	-----	-----
	20.801	66.626	(7.425)	(1.586)	78.416
	=====	=====	=====	=====	=====

## 20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão definido em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.314	1.027
Custo dos juros, líquido	6.061	4.739
	-----	-----
Custo líquido do benefício	7.375	5.766
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Provisão para plano de pensão	155.448	121.533
Outras provisões de benefícios a funcionários	2.408	1.883
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	157.856	123.416
	-----	-----
Circulante (a)	(21.692)	(16.957)
	-----	-----
Não circulante	136.164	106.459
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital realizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº81/2022, no total de 50.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas representativas do capital social, na proporção de 5 ações para 1 ação da mesma espécie, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital social, a partir daquela data, passou a ser representado por 10.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e realizado está representado por 10.000.000 de ações ordinárias com direito a voto (50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto em 31 de dezembro de 2023).

### b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Ajustes acumulados de conversão

São registrados como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial dos investimentos líquidos de saldos com partes relacionadas no exterior, referente às controladas diretas e indiretas.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam a participação reflexa dos ganhos e perdas não realizados em: (i) mais valia apurada após o reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo de controladas; e (ii) ganhos e perdas atuariais de planos de benefício definido de controladas.

## 22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2024	2023	2024	2023
Controladora:				
Coteminas S.A. – em recuperação judicial	-	-	52.130	47.195
	-----	-----	-----	-----
	-	-	52.130	47.195
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial	105.161	195.406	-	-
Coteminas International Ltd.	26.098	15.777	-	-
Sucursal Argentina	-	10	-	-
Santanense Argentina	9	6	-	-
	-----	-----	-----	-----
	131.268	211.199	-	-
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros receita (despesa)	
	2024	2023
Controladora:		
Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial	65	(37)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas – em Recuperação Judicial	545	(32)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. - em recuperação judicial	24	-
Fazenda do Cantagalo Ltda. - em recuperação judicial	2	-
	-----	-----
	636	(69)
	=====	=====
Consolidado:		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial	9.714	36.750
Companhia Tecidos Santanense - em recuperação judicial	(1.343)	4.044
Coteminas International Ltd.	(4)	(12)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. - em recuperação judicial	(11)	(26)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	(3)	(13)
Seda S.A.	23	352
Parigi Imobiliária S.A.	-	(64)
Fazenda do Cantagalo Ltda. - em recuperação judicial	2	-
	-----	-----
	8.378	41.031
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do crédito.

Em 2024, a controlada CSA forneceu produtos intermediários para a parte relacionada Companhia Tecidos Santanense - em Recuperação Judicial (“CTS”), empresa ligada, no valor de R\$3.100 (R\$11.979 em 2023). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5.

A controlada CSA e a controlada indireta AMMO possuem contrato de locação do imóvel onde se situam o seu centro de distribuição e seu escritório. Em 2024, foi apropriado como aluguel o valor de R\$5.800 entre as empresas, eliminados no resultado consolidado da controlada CSA. (Em 2023, foi apropriado como despesa de aluguel, o valor de R\$4.775. Em Outubro de 2023, a controladora indireta CTNM alienou o referido imóvel para a Companhia, pelo valor justo contabilizado de R\$63.800, através de saldos de mútuos entre as empresas. Em 2023, após o evento, foi apropriado como receita de aluguel na Companhia, o valor de R\$955).

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada indireta LAT Capital Ltd. possuía R\$15.146 (R\$10.975 em 31 de dezembro de 2023), em aplicações em fundos de investimentos e depósitos no exterior, cedidos pela Coteminas International Ltd., empresa sob controle comum.

Todas as operações acima, de compra e venda de produtos e transações de mútuo são realizadas a preços e taxas de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Conselheiros	768	1.326	873	2.652
Diretores estatutários	-	-	3.946	2.869
Outros diretores	-	-	8.179	10.689
	-----	-----	-----	-----
	768	1.326	12.998	16.210
	=====	=====	=====	=====

### 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas podem realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras e seus saldos estão descritos no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>ATIVOS FINANCEIROS--</b>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	42	1	48.273	38.160
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	13.207	13.290
Duplicatas a receber	-	-	141.538	125.276
Outros créditos a receber	3.916	960	14.694	17.031
Títulos e valores mobiliários (nc)	-	-	4.067	8.632
Valores a receber – clientes	-	-	2.962	3.466
Partes relacionadas	-	-	131.268	211.199
Depósitos judiciais	-	-	18.465	12.822
Outros	-	-	18.452	24.945
<b>PASSIVOS FINANCEIROS--</b>				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	8.028	5.188	703.133	680.547
Debêntures (c)	-	-	3.827	373.220
Fornecedores	1.625	321	379.632	293.448
Concessões governamentais (c)	-	-	292.148	242.201
Outras contas a pagar	-	-	39.367	52.159
Empréstimos e financiamentos (nc)	-	4.373	49.044	53.967
Debêntures (nc)	-	-	147.191	-
Partes relacionadas	52.130	47.195	-	-
Concessões governamentais (nc)	-	-	52.709	19.337
Outras obrigações	-	-	13.115	16.005
Valor justo:				
Debêntures (nc)	-	-	177.874	-

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários que, quando aplicável, são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

#### d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2024				Varição cambial sobre investimentos no exterior
	R\$	\$ARG	US\$	\$PYG	R\$
Investimentos no exterior:					
Coteminas Argentina	87.586	14.596.959	-	-	49.176
LAT Capital	(759)	-	(123)	-	3.863
Textil Guarani	1.340	-	-	1.693.382	214
SGUS	259.240	-	41.865	-	57.886
	-----	-----	-----	-----	-----
	347.407	14.596.959	41.742	1.693.382	111.139
Partes relacionadas:					
LAT Capital	(91.142)	-	(14.719)	-	(19.883)
SGUS	(277.511)	-	(44.815)	-	(60.848)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(368.653)	-	(59.534)	-	(80.731)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total de investimentos líquidos	(21.246)	14.596.959	(17.792)	1.693.382	30.408
	=====	=====	=====	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e controladas:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2024	2023
Duplicatas a receber	13.050	15.983
Fornecedores	(26.546)	(7.254)
Empréstimos e financiamentos	(86.533)	(65.823)
Partes relacionadas	(899)	(703)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(100.928)	(57.797)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(16.299)	(11.938)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2025	Alta do Dólar	(16.299)	(431)	(25.771)	(51.111)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens. Em 2024, a controlada CSA registrou uma perda no montante de R\$6.270.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os principais valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2024			31.12.2023
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	-	-	-	77.943
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	196.442	17.560	-	114.720
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: março/2029 (*)	-	-	-	84.177
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	194.738	17.407	-	106.732
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	58.670	5.244	-	57.516
(referência à nota explicativa nº 13)				490.061
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: janeiro/2025	6.088	1.387	-	6.373
(referência à nota explicativa nº 13)				7.475
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	2.544	400	-	2.893
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.676	257	-	1.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.603	246	-	1.676
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	1.603	246	-	1.676
(referência à nota explicativa nº 13)				8.575

Descrição	2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2027	5.000	1.023	-	6.023	5.190
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	26.384	5.798	-	32.182	27.882
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: junho/2027	10.744	2.688	-	13.432	11.529
(referência à nota explicativa nº 13)				51.637	44.601
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: março/2026	3.499	150	-	3.649	3.095
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: março/2026	3.802	163	-	3.965	3.399
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: março/2026	2.865	123	-	2.988	2.837
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,3% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026 (*)	-	-	-	-	4.221
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: março/2026	5.864	249	-	6.113	5.418
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,3% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2026 (*)	-	-	-	-	4.126
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 1,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2026	10.044	25	-	10.069	-
(referência à nota explicativa nº 13)				26.784	23.096
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,6% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: janeiro/2025	1.105	178	-	1.283	2.741
(referência à nota explicativa nº 13)				1.283	2.741

Descrição	2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 18% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: julho/2024	-	-	-	-	1.376
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,2% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: fevereiro/2029	3.610	473	-	4.083	4.134
(referência à nota explicativa nº 13)				4.083	5.510
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2029	1.269	8	-	1.277	19.629
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2029	20.330	133	-	20.463	-
(referência à nota explicativa nº 13)				21.740	19.629
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2025	3.024	1.230	-	4.254	3.835
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028 (*)	-	-	-	-	22.320
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: fevereiro/2028 (*)	-	-	-	-	4.925
(referência à nota explicativa nº 13)				4.254	31.080
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,6% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: junho/2024	-	-	-	-	26.752
(referência à nota explicativa nº 13)				-	26.752
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: dezembro/2025	4.837	666	-	5.503	5.056
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	2.246	338	-	2.584	2.455

Descrição	2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2025	1.845	283	-	2.128	2.016
(referência à nota explicativa nº 13)				10.215	9.527
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,9% Contraparte: Banco Luso Brasileiro S.A. Vencimento: março/2027 (*)	-	-	-	-	10.388
(referência à nota explicativa nº 13)				-	10.388
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 14,7% Contraparte: SFT Fundo de Investimento em direitos creditórios Vencimento: setembro/2025	131	8	-	139	4.968
(referência à nota explicativa nº 13)				139	4.968
Debêntures 5ª série -- Juros: IPCA + 6,0% a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: julho/2031	117.333	31.682	(1.747)	147.268	141.150
(referência à nota explicativa nº 14)				147.268	141.150
	687.296	87.965	(1.747)	773.514	774.900
	=====	=====	=====	=====	=====

(\*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2024, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2025	Alta da taxa	641.683	74.830	111.637	133.790
2026	Alta da taxa	589.086	72.892	156.030	250.832
2027	Alta da taxa	547.116	64.250	202.612	314.471
2028	Alta da taxa	533.179	62.860	199.658	308.484
2029	Alta da taxa	580.314	62.639	386.103	569.759
2030	Alta da taxa	559.298	64.223	90.864	153.797
2031	Alta da taxa	529.848	55.449	79.339	136.996
2032	Alta da taxa	371.126	43.923	65.564	117.411
2033	Alta da taxa	253.040	29.835	43.818	78.429
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros, considerando-se as taxas futuras do CDI e IPCA e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI e IPCA em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI

foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e as taxas de juros futuras do IPCA foram obtidas no Relatório Focus do Banco Central do Brasil.

**d.6 - Risco de crédito**--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da Companhia, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

**d.7 - Gestão de liquidez**-- Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.197.626	307.586	166.129	121.819	602.092
Debêntures	530.056	20.387	71.355	269.271	169.043
Fornecedores	382.870	379.632	3.238	-	-
Arrendamento a pagar	360.686	104.941	155.204	100.541	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	2.471.238	812.546	395.926	491.631	771.135
	=====	=====	=====	=====	=====

**d.8 - Gestão de capital**--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	752.177	734.514
Debêntures	328.892	373.220
Caixa e equivalentes de caixa	(48.273)	(38.160)
Títulos e valores mobiliários	(17.274)	(21.922)
	-----	-----
Total da dívida líquida	1.015.522	1.047.652
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	(951.614)	(724.519)
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	63.908	323.133
	=====	=====

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e, portanto, essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As vendas realizadas pela controlada CSA para a controlada indireta AMMO são excluídas no quadro abaixo, no segmento Atacado, para que seja demonstrado somente as vendas realizadas para terceiros e que coincidam com a gestão de cada segmento de negócio, Atacado e Varejo. A avaliação do desempenho de cada segmento, não inclui as vendas realizadas entre as companhias.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2024			Total
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	
Receita operacional líquida	236,9	202,5	-	439,4
Custo dos produtos vendidos	(192,4)	(103,4)	-	(295,8)
Custo de ociosidade e outros	(124,8)	-	-	(124,8)
Lucro (prejuízo) bruto	(80,3)	99,1	-	18,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(115,4)	(180,3)	(1,3)	(297,0)
Equivalência patrimonial em coligada	-	(2,7)	-	(2,7)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	(21,4)	(6,2)	-	(27,6)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(9,1)	(9,1)
Outros	(60,8)	(1,6)	(0,6)	(63,0)
Resultado das operações	(277,9)	(91,7)	(11,0)	(380,6)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	16,0	(240,0)	(224,0)
Variação cambial	-	-	(20,7)	(20,7)
Resultado antes dos impostos	(277,9)	(75,7)	(271,7)	(625,3)
Depreciação e amortização	51,0	19,4	-	70,4
	=====	=====	=====	=====

	2023			Total
	Atacado	Varejo	(*) Outros não alocáveis	
Receita operacional líquida	352,7	333,7	-	686,4
Custo dos produtos vendidos	(283,6)	(171,0)	-	(454,6)
Custo de ociosidade e outros	(221,4)	-	-	(221,4)
Lucro bruto	(152,3)	162,7	-	10,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(142,7)	(232,3)	(15,5)	(390,5)
Varição do valor justo de propriedades para investimento	2,9	-	-	2,9
Provisão para reestruturação	(38,7)	-	-	(38,7)
Baixa precatórios, líquidos	(62,6)	-	-	(62,6)
Provisão para desvalorização de ativos permanentes	(49,3)	-	-	(49,3)
Baixa ágio de controlada	(27,3)	-	-	(27,3)
Provisão para desvalorização de outros investimentos	-	-	(107,6)	(107,6)
Outros	(21,6)	(1,6)	(3,3)	(26,5)
Resultado das operações	(491,6)	(71,2)	(126,4)	(689,2)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	(85,3)	(259,6)	(344,9)
Varição cambial	-	0,3	(19,7)	(19,4)
Resultado antes dos impostos	(491,6)	(156,2)	(405,7)	(1.053,5)
Depreciação e amortização	60,0	28,8	4,0	92,8

(\*) Inclui despesas da controladora e resultados das operações da controlada SGUS.

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	212,6	339,4
Produtos intermediários	24,3	13,3
Varejo	202,5	333,7
	439,4	686,4
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	4,7	5,5
Produtos intermediários	1,7	1,5
	6,4	7,0

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos no segmento atacado em 31 de dezembro de 2024.

## 25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	538.140	873.077
Deduções das receitas	(98.772)	(186.635)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	439.368	686.442

## 26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2024	2023
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(389.025)	(473.867)
Benefícios a empregados	(201.231)	(333.889)
INSS	(23.205)	(43.238)
Depreciação e amortização	(70.382)	(92.766)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(33.703)	(122.821)
Total por natureza	(717.546)	(1.066.581)

Por função:

	Consolidado	
	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(295.812)	(454.645)
Custo de ociosidade e outros	(124.831)	(221.446)
Vendas	(182.570)	(247.458)
Gerais e administrativas	(101.335)	(126.822)
Honorários da administração	(12.998)	(16.210)
Total por função	(717.546)	(1.066.581)

## 27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	2024	2023	
		Com grupamento	Sem grupamento
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(613.382)	(1.065.922)	(1.065.922)
Número médio ponderado das ações ordinárias	10.000.000	10.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$)	(61,3382) =====	(106,5922) =====	(21,3184) =====

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia naquela data. Por esse motivo, a Companhia apresenta para fins comparativos o lucro básico e diluído por ação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, aplicando-se o grupamento naquela data.

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Banco Fibra - Em junho de 2025, a controlada CSA entregou imóvel de Vinhedo em Dação de pagamento para quitação de empréstimos com o Banco no valor de R\$64.611 (R\$26.332 em empréstimos da controlada CSA). Nesta operação houve um ganho de R\$222, que não estão refletidos nessas demonstrações financeiras.

Banco ABC - Em setembro de 2025, a controlada CSA repactou dívidas dos empréstimos no montante de R\$11.158, considerando vencimento até dezembro de 2030. A amortização do principal de R\$1.566 até outubro de 2025 e saldo remanescente em parcelas mensais a partir de janeiro de 2026 e taxa de juros Selic + 1%a.a. Os empréstimos são garantidos por alienação fiduciária

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

### b) Debentures AMMO

Em maio de 2025, a controlada indireta AMMO realizou amortização extraordinária parcial de suas Debentures, no montante de R\$71,8 milhões. Os valores tiveram origem em créditos detidos pela controladora indireta Wembley S.A. perante a Cantagalo General Grains, vinculados ao contrato de alienação fiduciária das Debentures, em conformidade com as condições contratuais vigentes.

### c) Investimento em coligada

Em abril de 2025, a controlada indireta AMMO realizou contrato de compra e venda parcial das ações da coligada A11I Tecnologia S.A., pelo valor de R\$12,1 milhões. Em Agosto de 2025, todos os termos do contrato e da legislação aplicável a Recuperação Judicial foram cumpridos. O valor foi integralmente liquidado e a controlada indireta AMMO passou a deter 19% de participação na coligada.

d) Outros eventos subsequentes

Em 2025, no contexto de reestruturação operacional e ajuste de seu capital de giro, a administração da controlada indireta AMMO realizou o fechamento de 21 lojas próprias. A provisão para perdas sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros, pontos comerciais e outros ativos imobilizados destas lojas já estão reconhecidas nestas demonstrações financeiras (vide notas explicativas nº10 e nº12).

\*\*\*\*\*

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

**(em recuperação judicial)**

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

---

*Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes*

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES**

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2024, emitido nesta data.

São Paulo, 01 de dezembro de 2025.

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

**Josué Christiano Gomes da Silva**  
**Diretor Presidente**

**Barbara Gomes da Silva**  
***Diretora***

**Josué Christiano Gomes da Silva**  
**Diretor de Relações com Investidores**

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**(em recuperação judicial)**

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

---

*Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.*

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 01 de dezembro de 2025.

**SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.**

**Josué Christiano Gomes da Silva**  
**Diretor Presidente**

**Barbara Gomes da Silva**  
**Diretora**

**Josué Christiano Gomes da Silva**  
**Diretor de Relações com Investidores**